INSTITUTO FEDERAL
Baiano

EAD
INSTITUTO FEDERAL
Baiano

DIRETRIZES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS ESCRITOS DA EAD DO IF BAIANO

Fernanda Sanjuan
Karina Nery
Lorena Grisi
Luciana Castro
Tamilis Cerqueira
Wasley Santos

INSTITUTO FEDERAL
Baiano

DIRETRIZES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS ESCRITOS DA EAD DO IF BAIANO

Fernanda Sanjuan
Karina Nery
Lorena Grisi
Luciana Castro
Tamilis Cerqueira
Wasley Santos

1ª edição
Salvador
2021

2021

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Projeto gráfico

Júlio Cruz

Revisão de texto

Lorena Grisi

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Érica Brandão Silva Alcântara - CRB 5/1497

D598 Diretrizes teóricas e práticas para a produção dos materiais didáticos escritos da EaD do IF Baiano/ Fernanda Sanjuan [et al.]. -- Salvador: s.n., 2021.
99 p.

Vários autores.
Inclui referências, apêndices e anexos.
ISBN 978-65-87749-10-5 (Livro digital)

1. Educação a distância - Material didático. 2. Produção de material didático I. Sanjuan, Fernanda. II. Nery, Karina. III. Grisi, Lorena. IV. Castro, Luciana. V. Cerqueira, Tamilis. VI. Santos, Wasley. VII. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Diretoria de Educação a Distância. VIII. Título.

CDU: 37.018.43

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

Rua do Rouxinol, Nº 115, Imbuí
CEP 41720-052 Salvador, Bahia
Telefone: (71) 3186-0001
www.ifbaiano.edu.br
diretoria@ead.ifbaiano.edu.br

INSTITUTO FEDERAL
Baiano

REITOR
Aécio José Araújo Passos Duarte

DIRETOR EXECUTIVO
Marcelito Trindade Almeida

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Ariomar Rodrigues dos Santos

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Leonardo Carneiro Lapa

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Rafael Oliva Trocoli

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Luciana Helena Cajas Mazzutti

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Antônio Carlos da Silva Costa de Souza

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS
Luciana Cleide da Cruz Damasceno

DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Robson Cordeiro Ramos

Diretores(as) gerais dos *campi* do IF Baiano:

IF BAIANO *CAMPUS* ALAGOINHAS
Renato Mascarenhas

IF BAIANO *CAMPUS* BOM JESUS DA LAPA
Geângelo de Matos Rosa

IF BAIANO *CAMPUS* CATU
Sandra Cerqueira de Jesus

IF BAIANO *CAMPUS* GOVERNADOR MANGABEIRA
Lívia Tosta dos Santos

IF BAIANO *CAMPUS* GUANAMBI
Carlito José de Barros Filho

IF BAIANO *CAMPUS* ITABERABA
Ozenice Silva dos Santos

IF BAIANO *CAMPUS* ITAPETINGA
Emilson Batista da Silva

IF BAIANO *CAMPUS* SANTA INÊS
Abdon Santos Nogueira

IF BAIANO *CAMPUS* SENHOR DO BONFIM
Alaécio Santos Ribeiro

IF BAIANO *CAMPUS* SERRINHA
Leandro dos Santos Damasceno

IF BAIANO *CAMPUS* TEIXEIRA DE FREITAS
Élen Sônia Maria Duarte Rosa

IF BAIANO *CAMPUS* URUÇUCA
Daniel Carlos Pereira de Oliveira

IF BAIANO *CAMPUS* VALENÇA
Geovane Lima Guimarães

IF BAIANO *CAMPUS* XIQUE-XIQUE
Pedro Queiroz Júnior

Comissão de elaboração das diretrizes para a criação de conteúdos didáticos da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, instituída pela Portaria Nº 307, de 11 de março de 2020, e alterada pela Portaria Nº 527, de 04 de maio de 2020:

Membro	Cargo	Lotação	Função na comissão
Fernanda Sanjuan	Pedagoga	Reitoria/DEaD	Presidenta
Júlio César Pinheiro Cruz	Técnico em Artes gráficas	Reitoria/DEaD	Vice-Presidente
Karina Nery Embirussu	Professora EBTT	Reitoria/DEaD	Membro
Lorena Grisi	Revisora de texto	Reitoria/Gabinete	Membro
Luciana de O. Sampaio Castro	Professora EBTT	*Campus* Xique-Xique/DDE	Membro
Tamilis Mota Cerqueira	Programadora visual	Reitoria/DEaD	Membro
Wasley de Jesus Santos	Professor EBTT	*Campus* Santa Inês	Membro

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos(às) colegas Aisamaque Gomes de Souza, Antônio Carlos da Silva Costa de Souza, Cecília Oliveira Bezerra, Eliane Mahl, Elton Oliveira dos Santos, Estácio Moreira da Silva, Fernanda Meneses de Miranda Castro, Mayana Abreu Pereira e Rebeca Melo Magalhães, servidores(as) do IF Baiano que se dispuseram a ser os(as) primeiros(as) leitores(as) desta publicação e a nos dar suas contribuições, reflexões e críticas, sempre no intuito de construir coletivamente um material didático de boa qualidade. A colaboração de cada um(a) deles(as), sem dúvida, ajudou a pavimentar o caminho para o crescimento da Educação a Distância na instituição.

[...] ensinar já não pode ser este esforço de transmissão do chamado saber acumulado, que faz uma geração à outra, e aprender não é a pura recepção do objeto ou do conteúdo transferido. Pelo contrário, girando em torno da compreensão do mundo, dos objetos, da criação, da boniteza, da exatidão científica, do senso comum, ensinar e aprender giram também em torno da produção daquela compreensão, tão social quanto a produção da linguagem, que é também conhecimento. (FREIRE, 1997, p. 5).

LISTA DE ÍCONES

Atenção	Destaca trechos, expressões e conceitos importantes abordados no texto.
Autoavaliação	Sugere atividades que possibilitem ao(à) estudante-leitor(a) avaliar o desenvolvimento do seu processo de aprendizagem.
Glossário	Destaca conceito que merece aprofundamento, mas que não foi tratado no corpo do texto.
Para começo de conversa	Problematiza os conteúdos que serão tratados no capítulo, motivando o(a) estudante-leitor(a) a tentar buscar, na sua experiência, dados de conteúdos científicos que serão abordados no capítulo, criando, dessa maneira, um paralelo significativo e motivador para a aprendizagem.
Para saber mais	Indica fontes de estudos para aprofundar o tema em material impresso, em entrevistas, em material audiovisual, em aplicativos, em *hiperlinks* e em outros meios.
Paralelos significativos	Sugere que o(a) estudante-leitor(a) analise uma situação-problema, encontre exemplos na vida cotidiana, converse com algum(a) colega ou imagine casos nos quais o conteúdo pode ser importante para solucionar a questão apresentada.
Síntese	Apresenta síntese dos principais conteúdos estudados no capítulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....11

1 SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....14

1.1 SURGIMENTO DA EAD.....14

1.2 LEIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....15

1.3 A EAD NO IF BAIANO.....17

1.4 SUJEITOS ENVOLVIDOS NA EAD.....18

1.5 CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EAD.....25

2 CADEIA DE PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO.....31

3 CARACTERÍSTICAS DO TEXTO DE EAD.....35

3.1 DIALOGICIDADE.....36

3.2 CARACTERÍSTICAS LINGUÍSTICAS.....37

3.2.1 A comunicação com o(a) estudante-leitor(a).....37

3.2.2 Aspectos de textualidade.....43

3.3 ESTRATÉGIAS DE PROCESSAMENTO DIDÁTICO.....47

3.4 USABILIDADE PEDAGÓGICA.....64

4 NORMATIZAÇÃO.....66

5 ACESSIBILIDADE.....69

5.1 ACESSIBILIDADE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS.....70

6 PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS.....76

6.1 DIREITOS AUTORAIS: UMA BREVE INTRODUÇÃO.....77

6.1.1 Direito autoral: o que ele salvaguarda/protege?.....77

6.1.2 Definição de autor(a).....78

6.1.3 Direitos morais e direitos patrimoniais.....79

6.1.4 Plágio.....83

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....85

REFERÊNCIAS 88

APÊNDICE A – FORMATO DO CADERNO DE ESTUDOS.....94

APÊNDICE B – ESTRUTURA DO CADERNO DE ESTUDOS.....97

ANEXO A – MÉTRICA PARA SELEÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAL E DE AVALIAÇÕES DOS CURSOS EAD.....98

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que lhe apresentamos o texto *Diretrizes teóricas e práticas para a produção dos materiais didáticos escritos da EaD do IF Baiano.* Como você sabe, nós somos verdadeiros(as) entusiastas da Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Acreditamos na importância dessa modalidade de educação diante dos contextos socioculturais do nosso país, pois a EaD pode possibilitar que muitas pessoas trabalhadoras melhorem suas posições sociais e intersubjetivas a partir da qualificação profissional e humana crítica e transformadora.

Neste documento que lhe apresentamos, refletiremos sobre a importância do material didático escrito na EaD e apresentaremos características textuais e pedagógicas que devem ser consideradas na construção do texto didático que irá compor os Cadernos de Estudos destinados aos(às) estudantes-leitores(as). Também lhe apresentaremos importantes normatizações e legislações, que orientamos que sejam cumpridas na elaboração do material didático. Nosso objetivo é que você, professor(a)-autor(a), tenha algumas referências nos âmbitos da formação e da informação para poder elaborar o seu texto didático, visando a alcançar os objetivos educacionais propostos na formação acadêmica, à qual você está vinculado(a).

Este momento de socializar o documento com você é de grande importância para nós, equipe da Diretoria de Educação a Distância (DEaD), pois consideramos a criação deste material uma ação de fortalecimento da EaD do IF Baiano e de avanço na educação profissional no Brasil. Produzir o nosso próprio material didático é algo que percebíamos como necessário

há algum tempo e vínhamos buscando formas de fazê-lo viável. Agora que concluímos esta primeira versão, será a partir dela que poderemos estabelecer novos diálogos e reflexões juntamente com você, professor(a)-autor(a), no intuito de transformar esse desejo em ação possível e sustentável, contando com a sua parceria.

Você já parou para pensar no que significa produzir material didático? Pois é, não é uma atividade fácil... Exige muita dedicação, leituras, produções, reflexões, modificações, novas reflexões, novas propostas de ação... Enfim, é um trabalho que tem muitas idas e vindas, seja nos pensamentos que vão passando pela nossa cabeça, seja no diálogo com outras pessoas envolvidas na produção. Nesse processo, somos muitos(as), somos uma equipe em constante diálogo, buscando alternativas para situações-problema que mobilizam nossas capacidades cognitivas e relacionais.

Bem, agora que você já sabe o quão importante é o seu trabalho como professor(a)-autor(a), com o breve contexto que delineamos, e sabe também que não estará sozinho(a) nesse desafio de produzir material didático escrito no âmbito da EaD, iremos lhe apresentar, em linhas gerais, o que é esta produção que acaba de chegar às suas mãos e como ela poderá ser útil na sua labuta de professor(a)-autor(a). Vamos lá!

O documento *Diretrizes teóricas e práticas para a produção dos materiais didáticos escritos da EaD do IF Baiano* está estruturado em sete capítulos e todos têm o objetivo de facilitar a sua aproximação com conceitos e com atividades próprias dos processos de ensino e aprendizagem na modalidade EaD, que possui particularidades e muitas vicissitudes.

O primeiro capítulo, **Sobre a Educação a Distância**, trata da EaD e traz à baila as principais características dessa modalidade, bem como as suas demandas no que dizem respeito aos materiais didáticos escritos. O segundo capítulo, **Cadeia de produção do material didático**, indica as movimentações e os processos pelos quais a produção de material didático

passa ao longo de toda a sua elaboração. O terceiro capítulo, **Características do texto de EaD**, trata das características principais da produção escrita para EaD, com aspectos linguísticos e didático-pedagógicos importantes para nos atermos ao longo da elaboração do material, e traz as especificações estruturais da produção textual que serão pactuadas com você, professor(a)-autor(a), por meio desta publicação. Esse capítulo também apresenta cada uma das seções que o seu texto deverá conter, bem como as características textuais e visuais exigidas em cada uma das partes do material. O capítulo posterior, **Normatização**, trata das principais regras de formatação do texto que serão demandadas, incluindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mais recorrentemente utilizadas na formatação dos Cadernos de Estudos. O capítulo seguinte, **Acessibilidade**, aborda as especificidades a que temos de estar atentos(as) ao produzirmos materiais didáticos para a maior diversidade de público possível, com base na legislação vigente. O capítulo 6, **Propriedade intelectual e direitos autorais**, faz uma aproximação com os aspectos legais que temos que observar durante a produção do material didático e durante nossa atuação como educadores(as) na modalidade a distância. Por fim, trazemos as **Considerações finais** para refletirmos juntos(as) sobre algumas questões e para arrematar nosso diálogo, na perspectiva de avançar nas relações de ensino e aprendizagem e de propor sugestões de melhoria para o processo no futuro.

Avante! Mergulhe na leitura e vá projetando como será a produção do seu material didático. Lembre-se de que ele será lido por muita gente e poderá inquietar muitas cabeças, incentivando-as a buscarem avanços nas suas aprendizagens.

1 SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Você percebeu que a EaD tem sido uma tendência no setor de ensino, com crescimento expressivo, em escala global, nos últimos anos? Pois bem, essa evolução justifica-se, especialmente, pelo avanço das tecnologias de comunicação e de informação aliado às novas exigências de formação para o mundo do trabalho.

Neste capítulo, vamos buscar compreender melhor o surgimento da EaD, a sua importância e as semelhanças e as diferenças existentes entre ela e o ensino presencial. Também apresentaremos a trajetória da EaD no IF Baiano para que possamos conhecer quem são os sujeitos envolvidos, quais as características dos processos de ensino e aprendizagem e qual o significado do material didático para essa modalidade.

1.1 SURGIMENTO DA EAD

A EaD é uma modalidade de ensino na qual a aprendizagem é mediada por tecnologias. Segundo Lucineia Alves[1],

> [...] pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento. (ALVES, 2011, p. 90).

Para saber mais

Conheça mais a história da EaD no Brasil e no mundo: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf

Será que a EaD é uma modalidade de ensino recente?

Há registros de que as primeiras iniciativas de ensino a distância ocorreram no fim do século XVIII, em Boston (Estados Unidos da América), e, no Brasil, datam do início do século XX, tendo como um dos seus

[1]Optamos, nesta publicação, por referenciar as citações, no caso das escritoras mulheres, incluindo os seus prenomes, como forma de destacar a presença feminina na produção de conhecimento no campo da Educação.

precursores o Instituto Universal Brasileiro, que implementou o ensino por correspondência. De lá para cá, a EaD conquistou um público maior de admiradores(as), de pesquisadores(as), de educadores(as) e de estudantes (ALVES, 2011).

É curioso perceber que, apesar de a EaD estar presente nos processos de ensino brasileiro há bastante tempo, seu respaldo legal no Brasil foi obtido apenas com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394, de 1996. Desde então, uma sequência de documentos legais foi publicada pelo Ministério da Educação (MEC), no sentido de estabelecer parâmetros de qualidade, de acompanhamento e de avaliação da EaD. Tais dispositivos legais concorreram para a ampliação na oferta dessa modalidade no mercado educacional do país. Veja, a seguir, as leis brasileiras sobre a EaD.

1.2 LEIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A EaD está, atualmente, regulamentada no Brasil por meio do Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que, de acordo com seu art. 1º, considera a EaD como:

> [...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p. 1).

Há decretos, portarias e normativas que prescrevem a EaD no Brasil. Todas essas legislações objetivam regulamentar a modalidade e determinar que as instituições sigam normas predefinidas, fazendo com que o ensino ocorra de maneira formal e padronizada. Elas abrangem questões

relacionadas à metodologia, à avaliação, ao credenciamento de instituições, às regulamentações, às competências, às ofertas de cursos à distância para ensino médio e para educação profissional e tecnológica de nível médio, de graduação e de pós-graduação. A seguir, há exemplos de legislações da EaD, de acordo com dados do MEC:

I - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996): estabelece o funcionamento da EaD, relatando suas características e os tipos de oferta, de avaliação, de abrangência, de credenciamento etc.;

II – Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017: atualiza a legislação que regulamenta a EaD no país, revogando decretos anteriores, como o de Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005;

III - Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019: estabelece que as Instituições de Ensino Superior (IES) podem oferecer até 40% da carga horária total de cursos de graduação presenciais por meio da modalidade EaD. Contudo, essa regra não se aplica ao curso de Medicina. Os componentes curriculares ofertados em EaD devem ser especificados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e divulgados para os(as) estudantes no ato da matrícula.

Percebe-se que a EaD é algo solidificado, com regulamentos legais que a fazem ser reconhecida como modalidade de ensino em diversos níveis de escolaridade. Dessarte, a EaD tem se consolidado ao ponto de, em termos de formação, não ser diferenciada da educação presencial como, por exemplo, na emissão de diplomas e de certificados e nos instrumentos de autorização e de reconhecimento de cursos superiores. A seguir, conheça um pouco da história da EaD no IF Baiano.

1.3 A EAD NO IF BAIANO

No IF Baiano, a EaD teve início em 2011, com a criação do Núcleo Estruturante em Educação a Distância (NUEaD), subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). Nessa época, o Instituto vinculou-se à **Rede e-Tec Brasil** e, no período entre 2011 e 2012, realizou a implantação de vinte e quatro polos em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), para ofertar cursos de EaD. Em 2012, o NUEaD passou a ser Coordenação Especial de Gestão da Educação a Distância (CEGEaD). No ano seguinte, 2013, a CEGEaD evoluiu para Diretoria de Educação a Distância (DEaD), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), demonstrando o interesse institucional na ampliação e na consolidação da modalidade no IF Baiano.

Glossário

A **Rede e-Tec Brasil** é definida pelo Decreto N° 7.589/2011 e tem como "finalidade, desenvolver, ampliar e democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica exclusivamente na modalidade a distância" (BRASIL, 2011, p. 3).

Desde então, a DEaD tem como finalidade realizar o planejamento, o acompanhamento, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação dos processos de educação na modalidade a distância. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de cursos e de atividades de EaD, auxiliando, assim, o IF Baiano a cumprir sua missão institucional.

O IF Baiano esteve vinculado à Rede e-Tec Brasil para a oferta de cursos da educação técnica de nível médio na modalidade a distância até 2017. Desde o segundo semestre de 2017, paralelamente, iniciou-se o processo de institucionalização da EaD, com a oferta própria de cursos técnicos subsequentes. Atualmente, o IF Baiano está presente na maioria dos Territórios de Identidade do estado da Bahia, por meio de seus polos de

EaD, o que demonstra a possibilidade de disseminação institucional e a sua responsabilidade social, com a finalidade de expandir a oferta de cursos por intermédio dessa modalidade.

1.4 SUJEITOS ENVOLVIDOS NA EAD

Ao analisar o histórico e a legislação que regulamenta a EaD no Brasil, percebemos a complexidade e a abrangência dessa modalidade. Torna-se evidente, então, a necessidade de criação de uma equipe multiprofissional para organizá-la e geri-la, a fim de que a mediação pedagógica ocorra de modo efetivo.

No IF Baiano, cada sujeito assume uma função e concentra um rol de atribuições que demarcam seu papel no contexto da EaD. Vamos entender melhor como essa equipe funciona? Para tanto, nos embasamos nos regulamentos estabelecidos pela DEaD, que contêm informações sobre o registro da carga horária dos(as) servidores(as) docentes e técnicos(as)-administrativos(as) que assumem funções nos cursos a distância do Instituto.

Vejamos a seguir quem são os sujeitos da EaD e suas respectivas atribuições:

I – professor(a)-autor(a): elabora materiais inéditos direcionados aos cursos de EaD, para uso e cessão de posse ao IF Baiano, além de revisar material próprio ou de outrem. Desse modo, deve ter experiência na área do conhecimento do componente curricular. Destacam-se algumas atribuições do(a) professor(a)-autor(a):

a) selecionar os conteúdos pertinentes ao referido componente curricular;

b) apresentar o conhecimento de modo contextualizado e interdisciplinar;

c) adotar postura dialógica na produção do seu texto;

d) produzir o Caderno de Estudos conforme as diretrizes fornecidas pelo IF Baiano.

II – professor(a)-formador(a): planeja aulas e atividades relacionadas a um ou mais componentes curriculares para a oferta no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e nos encontros presenciais. Destacam-se algumas atribuições do(a) professor(a)-formador(a):

a) elaborar o plano de ensino e o plano de ação do componente curricular;

b) selecionar materiais de estudo diversos;

c) elaborar exercícios, avaliações processuais e recuperações da aprendizagem;

d) acompanhar a oferta do componente curricular, garantindo orientação aos(às) mediadores(as);

e) acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos(as) estudantes;

f) realizar atendimento *on-line* às turmas;

g) interagir com mediadores(as) e com estudantes no AVA.

III – mediador(a) a distância: é o(a) profissional que põe em prática as ações previstas no planejamento do componente curricular, exclusivamente no AVA. Há algumas instituições que optam por denominá-lo(a) de tutor(a). Destacam-se algumas atribuições do(a) mediador(a) a distância:

a) mediar aulas virtuais síncronas e assíncronas;

b) orientar, acompanhar e corrigir atividades virtuais;

c) incentivar e monitorar o desempenho dos(as) estudantes;

d) interagir com o(a) professor(a)-formador(a) e com o(a) mediador(a) presencial.

IV – mediador(a) presencial: é o(a) profissional que põe em prática as ações previstas no planejamento do componente curricular, exclusivamente nos encontros realizados nos polos de apoio presencial. Destacam-se algumas atribuições do(a) mediador(a) presencial:

a) conduzir os encontros presenciais;

b) orientar, acompanhar e corrigir atividades presenciais;

c) incentivar os(as) estudantes e monitorar seu desempenho;

d) registrar o desempenho e a frequência dos(as) estudantes;

e) interagir com o(a) professor(a)-formador(a) e com o(a) mediador(a) a distância.

V – coordenador(a) de curso: é o(a) gestor(a) acadêmico(a) do curso. Destacam-se algumas atribuições do(a) coordenador(a) de curso:

a) planejar e viabilizar a oferta dos componentes curriculares que integrem o PPC do curso;

b) acompanhar a atuação de todos(as) os(as) profissionais envolvidos(as) no curso por meio dos seus articuladores (Coordenação de Polo, Coordenação de Educação a Distância do *campus* e Coordenação de Mediadores(as));

c) acompanhar e elaborar estratégias para a diminuição da evasão;

d) acompanhar a produção de conteúdos junto aos(às) professores(as)-formadores(as) e ao Setor Pedagógico;

e) acompanhar as necessidades e atender às demandas específicas dos(as) estudantes do curso.

Além dos sujeitos supracitados, que lidam diretamente com a aprendizagem, há uma equipe que desenvolve ações no âmbito da gestão, composta por coordenações de educação a distância em cada *campus* do IF Baiano, por coordenações dos polos de apoio presencial e por coordenação de mediação. A cada uma delas, cabe planejar ações para o efetivo funcionamento dos cursos, bem como acompanhar a atuação dos(as) mediadores(as) e a aprendizagem dos(as) estudantes, conforme descrição abaixo:

I - Coordenação de Educação a Distância (CEaD): representa a DEaD no *campus* e realiza articulação política e administrativa para o funcionamento dos polos vinculados ao *campus*. Destacam-se algumas atribuições da CEaD:

a) administrar contratos e convênios com as prefeituras e com os(as) demais parceiros(as) locais;

b) atuar na gestão da equipe dos polos;

c) intermediar as demandas das coordenações dos cursos junto ao *campus*/polo e aos membros da equipe local.

II - Coordenação de Polo (CP): representa o polo de apoio presencial e é responsável por sua gestão. Destacam-se algumas atribuições da CP:

a) garantir e monitorar a manutenção da infraestrutura dos polos;

b) supervisionar as atividades acadêmicas e pedagógicas realizadas no polo;

c) relacionar-se com a CEaD para intermediar as demandas do polo;

d) acompanhar a atuação dos(as) mediadores(as) das turmas do polo.

III - Coordenação de Mediação: acompanha e subsidia a atuação dos(as) mediadores(as) presenciais e/ou a distância (*on-line*). Destacam-se algumas atribuições da Coordenação de Mediação:

a) orientar mediadores(as) na sua atuação nos processos de ensino e aprendizagem dos cursos de EaD;

b) estabelecer comunicação efetiva sobre planejamento e sobre ações da DEaD;

c) acompanhar a qualidade da interação dos(as) mediadores(as) com os(as) estudantes;

d) supervisionar as atividades de registro de notas e de frequência;

e) participar dos processos de formação e de avaliação dos(as) mediadores(as).

IV - equipe pedagógica: é responsável por acompanhar as ações relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem e ao funcionamento dos cursos, no que tange aos aspectos pedagógicos. Destacam-se algumas atribuições da equipe pedagógica:

a) organizar a formação pedagógica *on-line*, inicial e contínua, para os sujeitos que atuam na EaD;

b) acompanhar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das estratégias e dos recursos de ensino adotados pelos cursos de EaD;

c) acompanhar a produção de material didático dos cursos;

d) analisar documentos que envolvam aspectos pedagógicos;

e) participar de debates e de decisões sobre os processos de ensino e aprendizagem.

Outros atores importantes também colaboram para a implementação e para a consolidação da EaD e, em especial, integram a

equipe multiprofissional que orienta, acompanha e desenvolve ações relacionadas à produção de material didático, a saber:

I - designer gráfico(a): cria peças gráficas para os cursos e para os programas da EaD, articulando texto e imagem com o fim comunicacional. Destacam-se algumas atribuições do(a) designer gráfico(a):

a) criação de logotipos e de marcas;

b) definição da aparência e do formato do ambiente AVA;

c) criação visual de *sites*, de *blogs* e de *banners* para a internet;

d) planejamento e desenvolvimento de anúncios, de panfletos, de cartazes e de *cards* digitais;

e) diagramação de material impresso e digital.

II – revisor(a) de texto: realiza a revisão de textos diversos da EaD. Destacam-se algumas atribuições do(a) revisor(a):

a) corrigir textos, a fim de garantir clareza, concisão e harmonia;

b) revisar formalmente e gramaticalmente os textos, atentando para a norma padrão da língua portuguesa e para a adequação aos procedimentos de redação exigidos.

Note como a equipe da EaD é complexa, o que revela a necessidade de coesão em seus objetivos, em suas concepções e em suas ações, no que concerne aos processos de ensino e aprendizagem. Torna-se, portanto, imprescindível que todos os seus membros estejam alinhados e atentos a aspectos fundamentais que permeiam o processo educativo, especialmente aqueles que suplantam questões técnicas e envolvem as dimensões humana e social.

Nesse contexto, cabe o enfoque para a promoção dos direitos humanos, para a valorização das identidades e para o respeito à diversidade,

considerando as relações étnico-raciais e de gênero, a religiosidade, a regionalidade, a classe social, entre outras nuances.

Nessa direção, Vera Maria Candau aponta que

> [...] as diferenças são constitutivas, intrínsecas às práticas educativas e atualmente é cada vez mais urgente reconhecê-las e valorizá-las na dinâmica de nossas escolas. (CANDAU, 2011, p. 240).

Para saber mais

Saiba mais sobre as relações entre diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf

Reconhecer as diferenças que se apresentam no cotidiano escolar e saber construir uma integração dialética entre elas é uma importante estratégia de valorização das identidades, de superação de estereótipos e de respeito aos direitos individuais e coletivos.

Promover processos de desnaturalização e de explicitação da rede de estereótipos e de preconceitos que povoam nossos imaginários individuais e sociais em relação aos diferentes grupos socioculturais é um elemento fundamental, sem o qual é impossível caminhar (CANDAU, 2008).

Como vemos, esse é um desafio imposto não apenas ao ensino presencial, mas também à EaD. Ele pode se expressar tanto no âmbito relacional quanto na seleção e no modo de abordar os conteúdos, assim como no teor dos recursos e das mídias utilizados por seus sujeitos, fato que impacta decisivamente na formação da identidade dos(as) seus(suas) estudantes e na sua autonomia.

Conforme apontam Tanise Novello e Débora Laurino,

> a especificidade da EAD requer múltiplas condições de comunicação que possibilitem a interação entre os envolvidos - professores, tutores e estudantes - em tempos e em espaços distintos. Assim, a EAD, por suas peculiaridades, sobretudo em relação aos processos interativos que desencadeia, coloca-se como uma modalidade em potencial para o desenvolvimento da autonomia do estudante. Por isso, os meios de comunicação disponíveis e a organização dos materiais em um curso ou em um componente curricular têm relevância significativa na potencialidade da mediação

> pedagógica nessa modalidade. (NOVELLO; LAURINO, 2012, p. 2).

Percebemos, então, que o trabalho de todos(as) converge para um mesmo objetivo: oferecer situações de aprendizagem que promovam a formação profissional e social do(a) estudante que, nesse contexto, apresenta-se como sujeito ativo, autônomo, capaz de organizar sua rotina e, por conseguinte, sua aprendizagem.

1.5 CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EAD

Para começarmos a refletir sobre esse aspecto, importa compreendermos a importância da EaD. Essa é uma modalidade de ensino que oportuniza a democratização da educação pública de qualidade e as suas capilarização e interiorização, alcançando públicos diversos, em grandes proporções e em localidades remotas, onde o ensino presencial tem poucas chances de adentrar.

Você já deve ter refletido sobre as semelhanças e diferenças entre a modalidade presencial e a distância. O que marca as **semelhanças** entre as duas modalidades é que ambas precisam adotar concepções pedagógicas capazes de delinear o perfil do(a) estudante que se pretende formar, além de definir um planejamento efetivo que proporcione o alcance da aprendizagem, envolvendo objetivos, estratégias metodológicas e processos avaliativos. No que concerne às **diferenças**, inúmeros pontos se destacam, conforme expresso no quadro a seguir:

Quadro 1 – Diferenças entre as modalidades de ensino	
Ensino presencial	**Educação a Distância**
I – professores(as) e estudantes compartilham os mesmos espaços e tempos na mediação da aprendizagem;	I – professores(as) e estudantes estão em espaços e em tempos diversos na mediação da aprendizagem;
II – a carga horária dos componentes curriculares é dedicada exclusivamente, ou, na sua maior parte, às atividades presenciais;	II – o percentual de carga horária dedicado aos encontros presenciais é menor ou inexistente, dependendo do nível de ensino e da regulamentação do MEC;
III – a quantidade de estudantes por curso é menor, pois existe o fator limitador de disponibilidade de espaço físico para oferta de aulas em uma unidade de ensino. Em alguns níveis de ensino, também há normatização da relação entre quantidade de estudantes e docentes;	III – a quantidade de estudantes por curso é maior, pois as turmas, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, comportam maior número de pessoas;
IV – a gestão do tempo para estudos realizada pelos(as) estudantes está mais vinculada às orientações e às atividades acadêmicas desenvolvidas e sugeridas pelo(a) professor(a);	IV – a gestão do tempo para os estudos requer mais autonomia e disciplina por parte do(a) estudante;
V – a mediação pedagógica não depende essencialmente da diversidade de recursos tecnológicos e a ênfase maior dos processos de ensino e aprendizagem é a interação presencial entre professores(as) e estudantes.	V – a mediação pedagógica valoriza um conjunto de elementos, composto por sujeitos e por mídias, com ênfase no uso das tecnologias de informação e de comunicação.

Fonte: autoria própria.

Destaca-se que a prática de ensino na modalidade a distância não pode reproduzir os moldes do ensino presencial. O grande desafio do(a) professor(a)-autor(a) da EaD é tornar-se presente, por intermédio do

material didático, para o(a) estudante-leitor(a), que está geograficamente distante, mas é o(a) protagonista do seu próprio aprendizado. Todo material produzido deve levar esses aspectos em consideração.

Assim, os conhecimentos científicos, que garantirão a formação acadêmica e profissional, devem ganhar sentido real para os(as) estudantes-leitores(as), aproximando-se das suas realidades. Essa adequação do saber científico para o saber escolar é denominada transposição didática (CHEVALLARD, 1991 apud PEREIRA; PAIVA; FREITAS, 2018).

Para a concretização dessa proposta, consideramos alguns aspectos substanciais: I - a interação como princípio para a construção de saberes; II - a legitimação do arcabouço cultural do(a) estudante-leitor(a), considerando seus conhecimentos prévios e III - a mediação da aprendizagem, a partir da concepção de níveis de desenvolvimento (VYGOTSKY, 1998).

Perceba que a mediação torna-se elemento diferencial na dinâmica da EaD, uma vez que a intervenção docente viabilizará condições nas quais o(a) estudante-leitor(a) poderá avançar de um estágio elementar de conhecimentos para uma etapa mais complexa e autônoma, agregando novas habilidades e constituindo competências mais elaboradas para a atuação profissional e cidadã.

Note que a mediação não é a mera interação entre docente e estudante-leitor(a). Podemos compreendê-la como uma relação carregada de sentido para ambos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos de ensino e aprendizagem. Para Masetto (2000), mediação pedagógica é a atitude, o comportamento do(a) professor(a), que se coloca como um(a) incentivador(a) ou um(a)motivador(a) da aprendizagem, como uma ponte rolante entre o(a) aprendiz e a aprendizagem, destacando o diálogo, a troca de experiências, o debate e a proposição de situações (MASETTO apud SOUZA, Alba Regina Battisti de; SARTORI, Ademilde Silveira; ROESLER, Jucimara, 2008).

Para saber mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre mediação:
https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116834002

Observe que quando se trata da modalidade a distância, considerando suas especificidades, o desafio é ainda maior. Há um conjunto de elementos mediadores composto por professores(as), por mediadores(as) presenciais e virtuais, por mídias e por materiais didáticos.

> A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a humana e a tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira, pelo sistema de tutoria. A segunda, pelo sistema de comunicação, que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre as outras duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. (SOUZA; SARTORI; ROESLER, 2008, p. 335).

Há dois tipos de ferramentas de ensino na EaD: as síncronas e as assíncronas. As ferramentas síncronas são aquelas em que estudantes e professores(as) interagem ao mesmo momento e no mesmo Ambiente Virtual de Aprendizagem. O objetivo é que haja troca de informações instantâneas. *Webconferências* e salas de bate-papo virtuais são exemplos de ferramentas síncronas. Essas ferramentas proporcionam a interação em tempo real dentro da EaD, quebrando barreiras e aproximando seus sujeitos. Por outro lado, as ferramentas assíncronas são aquelas em que estudantes e professores(as) não estão conectados(as) ao mesmo tempo. As atividades são postadas pelo(a) professor(a), e os(as) estudantes as realizam de acordo com sua disponibilidade de tempo e de espaço. Essas ferramentas dão mais liberdade aos(às) discentes e permitem que eles(as) desenvolvam sua autonomia durante o processo de aprendizagem, pois a troca de informação não é instantânea. Fóruns de discussão, *e-mail* e *blogs* são exemplos de ferramentas assíncronas. O AVA proporciona a utilização combinada de atividades síncronas e assíncronas. Cabe ao(à) professor(a)

mesclar, se possível, as duas ferramentas no seu planejamento de ensino na EaD.

Desse modo, os conteúdos, as estratégias didáticas e os recursos disponibilizados nos cursos de EaD devem ser diversificados e estar em sintonia entre si para garantir o alcance dos diferentes estilos de aprendizagem. A linguagem deve ser dialógica, possibilitar a aproximação entre o(a) professor(a)-autor(a) e o(a) estudante-leitor(a), reduzir as barreiras geográficas e espaciais e favorecer a comunicabilidade entre os atores envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Uma das formas de proporcionar a comunicação efetiva entre os sujeitos é produzir um bom material didático, haja vista que ele representa um referencial de qualidade no ensino a distância e é um elemento fundamental para a mediação pedagógica.

Ratificamos o que apontam Artemilson Lima e Simone Santos:

> Considerando que o material didático constitui-se um roteiro para conduzir as aulas, já que organiza o desenvolvimento e a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, é fundamental que sua concepção e produção estejam em consonância com o currículo e com a proposta pedagógica dos cursos ofertados. (LIMA; SANTOS, 2017, p. 116).

Sob essa ótica, o Projeto Pedagógico do Curso é um dos documentos fundamentais para nortear o(a) professor(a)-autor(a) no momento do planejamento da sua escrita. O material didático, por sua vez, configura um dos importantes elementos que contribuem para a consolidação da identidade da instituição.

Você sabe que os conteúdos dos cursos de EaD podem ser apresentados aos(às) estudantes por intermédio de diversas mídias, ganhando, portanto, formatos diferentes? Podem ser textos impressos, textos digitais, videoaulas, teleaulas etc. Geralmente, a instituição de ensino opta por mais de um tipo, a fim de dinamizar e de enriquecer as situações de aprendizagem adotadas. O objetivo desta publicação é tratar,

exclusivamente, do texto digital que comporá os Cadernos de Estudos dos cursos de EaD do IF Baiano.

Importa observar que o material precisa conciliar elementos estéticos (apresentação gráfica motivadora), estrutura e linguagem, configurando um conjunto harmônico que favoreça a leitura e a compreensão do componente curricular. Desse modo, o texto deve ser dinâmico, estimulante, deve incentivar a articulação entre teoria e prática, promover a capacidade reflexiva do(a) estudante-leitor(a) e abordar conceitos de forma contextualizada. Saiba mais detalhes sobre as características do texto do material didático no capítulo deste documento dedicado ao referido tema.

No que diz respeito à mediação pedagógica, o material deve garantir a transposição didática com vistas ao alcance dos objetivos de aprendizagem do Caderno de Estudos. O material, portanto, deve levar os(as) estudantes-leitores(as) à construção de significados, a partir de suas vivências e de novos saberes, a fim de intervir para transformar sua realidade.

Agora que você já conhece um pouco mais sobre a importância do material didático para o ensino e aprendizagem nos cursos de EaD, deve estar pensando sobre como sua organização é complexa. A produção de material requer atenção para dois temas fundamentais: a formação do(a) professor(a)-autor(a) e a gestão do processo de produção. Ambos integram a cadeia de produção de material didático dos cursos de EaD do IF Baiano. Para entender melhor, vamos à leitura do próximo capítulo.

2 CADEIA DE PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

No capítulo anterior, você teve acesso a um panorama da EaD de modo geral e também no IF Baiano, (re)visitou normas e legislações sobre essa modalidade de ensino e conheceu suas especificidades no que tange aos sujeitos envolvidos e aos processos de ensino e aprendizagem. Pretendemos agora chamar sua atenção para as etapas da cadeia de produção do material didático. Vamos à prática?

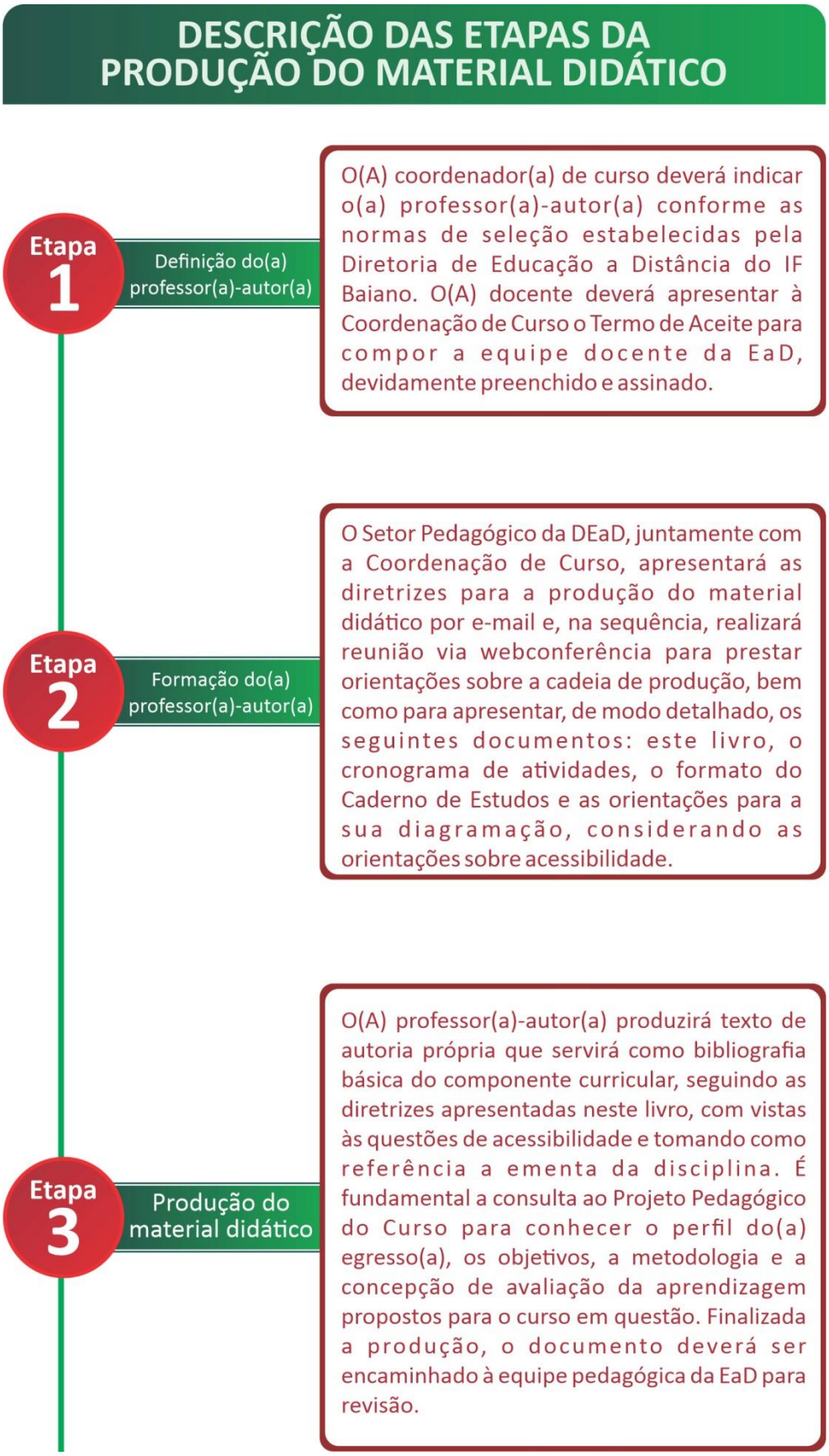
Você já deve ter percebido que o produto final do nosso trabalho - o material didático - envolve uma equipe multiprofissional, composta por professor(a)-autor(a), por equipe pedagógica, por designer gráfico(a) e por revisor(a) de texto. São diversas mãos para dar forma ao conteúdo que alcançará os(as) estudantes-leitores(as), com o fim de colaborar com a sua aprendizagem.

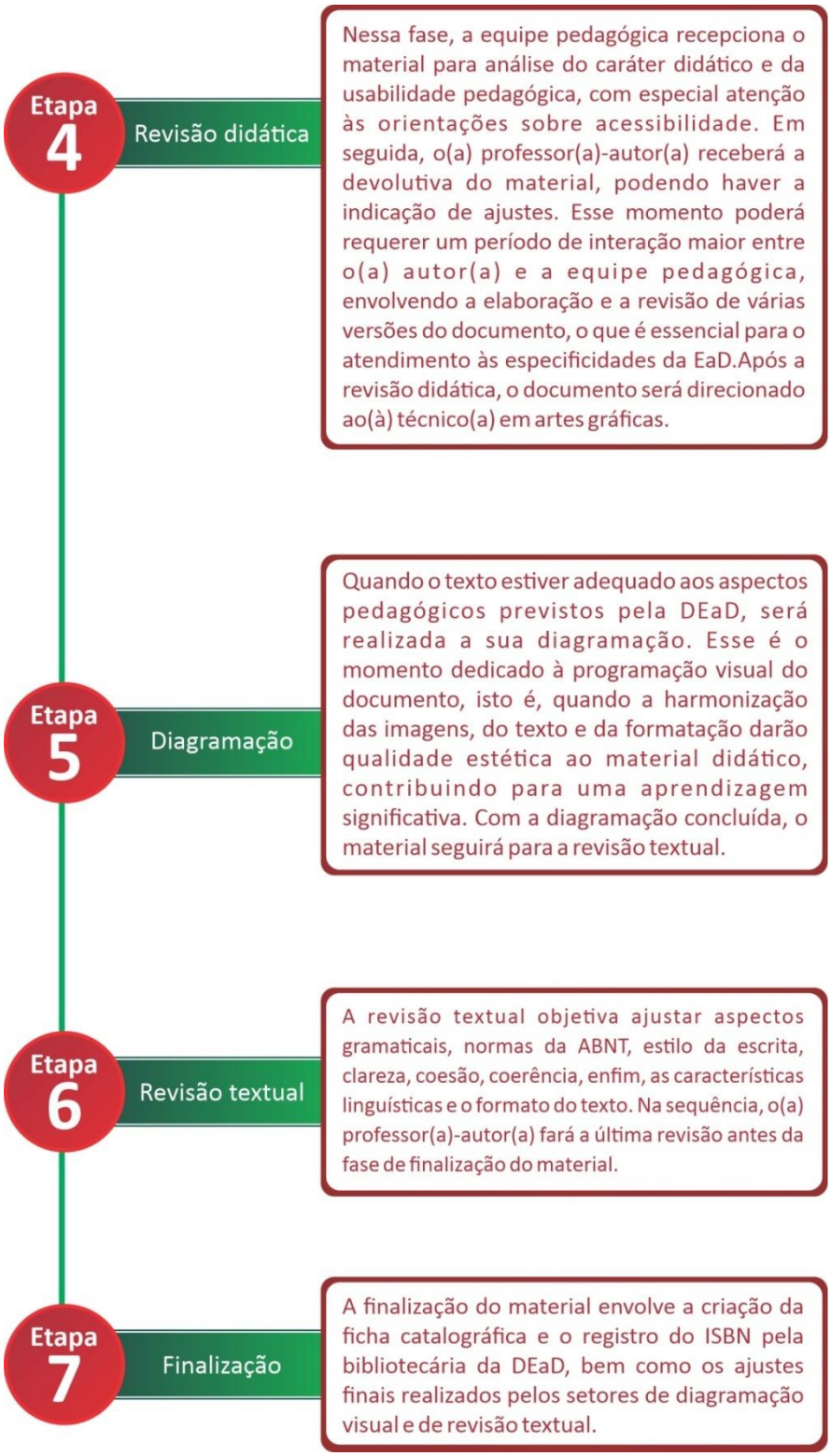
O desafio está lançado para essa grande equipe! Trata-se de realizar a transposição didática, transformando conhecimentos científicos em conteúdos escolares. Cabe, para tanto, compreendermos o estilo da linguagem, a estrutura do texto, os tópicos a serem contemplados, enfim, cabe criarmos harmonia entre conteúdo e forma para que o material torne-se um elemento de mediação da aprendizagem, capaz de oportunizar o avanço dos conhecimentos prévios para a construção de saberes mais elaborados e complexos.

Com o intuito de organizar esse processo de construção, apresentamos a cadeia de produção com as suas etapas, com os sujeitos envolvidos e com as suas respectivas atribuições. Desse modo, cada um entenderá suas possibilidades de atuação e identificará os(as) seus(suas) parceiros(as) nessa jornada de produção coletiva do material didático.

Vamos ao detalhamento do processo?

Figura 1 – Cadeia de produção do material didático





Fonte: autoria própria.

Olha o percurso que o conteúdo faz até ganhar corpo e tornar-se um Caderno de Estudos!

A cadeia produtiva encerra-se quando o material didático está pronto em termos de conteúdo e de estética (forma) para ser apresentado ao(à) estudante-leitor(a).

Conforme vimos no tópico relacionado aos sujeitos da EaD, ressaltamos que o(a) professor(a)-autor(a) não necessariamente será o(a) professor(a)-formador(a) da disciplina. Observe: à medida que um novo ator passa a figurar na equipe, há a necessidade de iniciar outra fase de organização do componente curricular. Esse momento requer nova cadeia de produção, o que ultrapassa a nossa abordagem neste documento.

Compreendida a cadeia de produção do trabalho que tem como protagonista o(a) professor(a)-autor(a), seguiremos para os detalhes sobre como o texto deve ser elaborado (características, formato e normatização) e sobre a acessibilidade conferida ao material.

3 CARACTERÍSTICAS DO TEXTO DE EAD

Depois do histórico acerca do contexto da EaD no IF Baiano e de expor como será operada a produção do material didático dos nossos cursos, temas abordados nos capítulos anteriores, chegou a hora de entender melhor as características textuais e didático-pedagógicas dos nossos Cadernos de Estudos.

A autora Alexsandra Zanetti (2015) nos propõe uma reflexão bastante interessante ao apresentar as seguintes questões: “você conhece alguns dos materiais didáticos de cursos a distância oferecidos no Brasil? Já percebeu que não existe um modelo único para sua utilização?” (ZANETTI, 2015, p. 96).

Pois bem, não temos um padrão para os materiais escritos na EaD, mas muitos autores e autoras estudaram o tema e escreveram sobre sistematizações que são necessárias para esse material. Para a produção deste documento, nos baseamos, principalmente, nas produções de Alexsandra Zanetti (2015), Maria Almeida (2009), Oreste Preti (2009) e Araci Catapan *et al*. (2015), buscando sínteses que nos apontassem direções para avançarmos na EaD do IF Baiano.

Desse modo, este capítulo trará sistematizações sobre características e sobre formato do material didático escrito para EaD. Abaixo seguem os tópicos que serão abordados:

3.1 Dialogicidade;

3.2 Características linguísticas;

3.3 Estratégias de processamento didático;

3.4 Usabilidade pedagógica.

3.1 DIALOGICIDADE

A dialogicidade é a característica principal dos materiais da EaD, pois é a ferramenta mais usada para diminuir a distância entre o(a) professor(a)-autor(a) e o(a) estudante-leitor(a), de modo a mediar a aprendizagem, como já foi dito no capítulo 1 deste material. Importante ressaltar que a dialogicidade tem o objetivo de promover a interatividade, que, segundo Belloni (2012 apud CASTRO, 2017), é distinta da interação, posto que a primeira diz respeito à capacidade do(a) estudante-leitor(a) de interagir com os objetos de aprendizagem, questionando-os, modificando-os e debatendo-os, enquanto a segunda ocorre apenas entre dois sujeitos (de modo direto ou mediado por algum meio de comunicação). Sendo assim, percebe-se que a linguagem dialógica na EaD, também conhecida na etnometodologia por linguagem de pertencimento, relaciona-se diretamente com a motivação do(a) estudante-leitor(a), pois vincula-se com a sua sensação de pertencimento e com a socialização.

O desafio linguístico é também um desafio pedagógico, que convoca a construção do conhecimento de modo ativo pelo(a) estudante-leitor(a), mediado pelo(a) professor(a)-autor(a). Como você pode notar, essa definição de aprendizagem condiz com a **abordagem sociointeracionista** - na qual nos fundamentamos - e ocorre por processos de ressignificações e de modificações da estrutura cognitiva, que nada guardam relações com a ideia de simples recepção mecânica:

> O estudante aprende ao reordenar o conteúdo (que não é pronto, acabado e único), ao adaptá-lo à sua estrutura cognitiva prévia até descobrir relações, leis, conceitos que, posteriormente, assimila. (PRETI, 2009, p. 15).

O próximo tópico abordará a importância da linguagem nos processos de ensino e aprendizagem, confira!

Glossário

Abordagem sociointeracionista - corrente pedagógica que se fundamenta na epistemologia sociointeracionista de Lev S. Vygotsky (1984), que evidencia que a aprendizagem ocorre por meio de uma relação dialética entre o sujeito e a sociedade na qual está inserido.

3.2 CARACTERÍSTICAS LINGUÍSTICAS

Ter em mente a especificidade de que o material textual que está sendo elaborado é direcionado a um público que vai estudá-lo a distância, sem o auxílio presencial do(a) professor(a)-autor(a), é determinante para o trabalho. Algumas características fazem diferença num material de EaD e é muito importante que você esteja atento(a) a elas quando da produção do Caderno de Estudos. Neste tópico, pretendemos conversar sobre os aspectos de linguagem que precisam ser considerados, com a finalidade de mediar melhor o processo de aprendizagem do(a) estudante-leitor(a). Pensar a linguagem utilizada no material do curso é fundamental para atingir os objetivos esperados. A partir de agora, os aspectos linguísticos são o enfoque da nossa abordagem.

3.2.1 A comunicação com o(a) estudante-leitor(a)

O material escrito para cursos a distância precisa ter linguagem objetiva, precisa e sucinta. Imagine, professor(a)-autor(a), como seria difícil para o(a) seu(sua) estudante-leitor(a) deparar-se com termos ambíguos ou com períodos mal estruturados, justo quando ele(a) não tem ao lado o(a) docente para lhe esclarecer sobre algo incompreendido. Complicado, não? Uma linguagem muito complexa ou problemática pode afastar o(a) discente do seu material de estudo e fazer com que ele(a) crie resistência à leitura. Por essa razão, alguns recursos de linguagem muito simples podem ser

utilizados para que esse tipo de situação não ocorra. Podemos enumerar alguns deles:

I - tente, sempre que possível, construir **orações em ordem direta** (sujeito-verbo-predicado). A naturalidade dessa estrutura em nosso uso coloquial facilita o entendimento, pois é a forma com a qual mais costumamos nos comunicar no nosso dia a dia.

Exemplo: *Certos radicais latinos e gregos adquiriram sentido especial nas línguas modernas* (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 127). Oração em ordem direta: sujeito + verbo + predicado;

II – opte por **orações na voz ativa**, que também são mais facilmente compreendidas do que as orações em voz passiva. No nosso cotidiano, a voz ativa (sujeito-verbo-objeto) é muito mais utilizada na língua falada, e nossos olhos decifram essas orações quase automaticamente, no momento da leitura.

Exemplo: *Eu disfarçava a angústia e inventava um pretexto para me retirar por uns momentos* (LISPECTOR, Clarice, 1999, p. 49). Oração na voz ativa: sujeito + verbo + objeto);

III - **evite escrever períodos e parágrafos muito longos**. O período e o parágrafo longos não são um equívoco em si, se estiverem bem estruturados. Entretanto, eles podem dificultar a compreensão, pois o(a) estudante-leitor(a) pode chegar ao fim de um período ou de um parágrafo de grande extensão já tendo esquecido como foi que ele começou. Se isso acontecer, ele(a) vai precisar voltar ao início o tempo inteiro, o que é cansativo e desestimulante. Além disso, parágrafos muito longos prejudicam a leitura de estudantes-leitores(as) que possuem dificuldades de aprendizagem. Simplicidade e estímulo a uma leitura fluida fazem toda a diferença num texto, não?

Exemplo: *Uma ordenança municipal proibia que as tropas de burros que traziam cacau chegassem até o centro da cidade* (AMADO, 1997, p. 197, grifo nosso). Período composto por apenas três orações: uma principal e duas subordinadas;

IV – fuja dos **termos pouco correntes**, muito rebuscados ou eruditos. Esses termos costumam ser ausentes do universo de parte dos(as) estudantes-leitores(as), gerando pouca identificação com o que eles(as) estão lendo, incompreensão e um distanciamento de suas realidades. É desagradável para os(as) discentes pensar que não conseguem alcançar os sentidos das palavras do texto.

Exemplo: *Samir, filho de Zaki e de Kahina, tinha 5 anos quando entrou no madraçal* (VERUNSCHK, Micheliny, 2014, p. 151, grifo nosso). Madraçal: "*s.m.* ant. **1** escola muçulmana **2** local em que residiam ou se hospedavam pessoas nobres ou ricas. ETIM ár. *madrasã* 'casa de estudo'" (HOUAISS, 2009, p. 1.213). Sugere-se o uso de sinônimo ou, quando não for possível, utilize o termo e apresente o significado utilizando o ícone "Glossário";

V - use a **primeira pessoa do plural** ("nós iremos", "leremos", "aprendemos") como forma de se aproximar do(a) estudante-leitor(a), de fazê-lo(a) sentir que ele(a) não está só em sua trajetória de formação. Sugerimos que utilize verbos conjugados nessa pessoa na redação de seu material, sempre que possível.

Exemplo: *Nós podemos até concordar que, para muitas mulheres que não possuem outra escolha, exceto o trabalho doméstico e o casamento, ter mais dinheiro faria, de fato, muita diferença* (FEDERICI, Silvia, 2019, p. 41, grifo nosso);

VI – foque na **clareza da linguagem** e na leveza do texto, que contribuem muito para a sua decodificação e para uma leitura mais

autônoma pelo(a) estudante-leitor(a) do curso a distância. Dessa forma, o(a) discente certamente se sentirá mais estimulado(a) a prosseguir no curso.

Exemplo: *É fundamental pensar na experimentação de novas maneiras de organizar a coletividade e compartilhar ideias e afetos* (BOGADO, Maria, 2018, p. 33);

VII – privilegie a **linguagem dialógica**, tão importante nos textos de EaD e que já foi tratada neste documento. Procure não perder isso de vista: converse com o(a) seu(sua) estudante-leitor(a) ao longo do texto, interaja, busque utilizar uma linguagem mais informal, mais próxima da oralidade. Isso não denota pobreza de linguagem, se o texto está sendo escrito com cuidado e atenção e respeitando a norma padrão da língua portuguesa. Denota a sua preocupação, enquanto professor(a)-autor(a), em oferecer à sua turma um material acessível. Lembre-se de que o seu material não é um artigo acadêmico dirigido a um público especializado, mas não deixa de ser um texto de conhecimento científico. Ele precisa estar bem redigido e precisa dialogar com o(a) estudante-leitor(a).

Exemplo: *Muitos leitores me dizem que estão indignados com esse negócio de eu começar uma história num domingo e não acabar. Consolem-se comigo, que também me aborreço muito* (BRAGA, 2017, p. 108);

VIII - **dirija-se diretamente** ao(à) estudante-leitor(a), faça perguntas, provoque-o a pensar sobre questões relevantes do seu componente curricular. Considere que seu(sua) discente é seu(sua) interlocutor(a) e deixe que ele(a) tenha a mesma sensação, por meio de orações interrogativas ou exclamativas, por exemplo.

Exemplo: *Como se poderá concretizar, no espaço da grande imprensa nacional (hoje de circulação internacional), uma crítica e ensaística literárias sob a responsabilidade de acadêmicos?* (SANTIAGO, 2004, p. 158);

IX – considere a questão do **tratamento de gênero** na linguagem do texto. Acreditamos ser relevante dar visibilidade à mulher, como forma de respeito à presença e à participação da figura feminina na educação, na ciência e na literatura e por respeito, também, ao princípio de justiça social.

Exemplo: *Servidores(as) do IF Baiano de todos os Territórios de Identidade do Instituto foram convidados(as) a compor a comissão de avaliadores(as).* Nesse caso, utilizamos a flexão de gênero nos substantivos e no particípio do verbo como forma de marcar que há indivíduos do gênero feminino dentre aqueles abordados no período.

No que concerne ao **uso de imagens** nos Cadernos de Estudos, referenciamos Antônio Carlos da Silva (2007), que diz que as imagens empregadas em um texto verbal são usadas com três diferentes funções: I - mera ilustração (muito empregadas com essa finalidade em materiais didáticos das décadas de 60 e 70); II - sugestão de estímulo à leitura verbal (muito empregadas nos materiais didáticos das décadas de 1980) e III - texto imagético próprio com significados implícitos e explícitos, sendo usadas a partir de 1990 nos chamados textos multimodais, que são os atuais materiais didáticos que usamos. É importante que, no texto da sua autoria, você explore as três diferentes funções da imagem, com ênfase nas duas últimas, que são compreendidas como recursos didáticos de mobilização da habilidade de interpretar e de sintetizar ideias e conceitos.

Hoje em dia, os programas de edição de texto nos oferecem muitos recursos para tornar uma publicação visualmente interessante. Você pode utilizá-los, destacando as partes mais importantes do seu material didático e chamando a atenção do(a) estudante-leitor(a) para alguns trechos específicos do Caderno de Estudos. Além desses recursos de edição, você pode enriquecer seu texto, tornando-o mais dinâmico e nada tedioso, e isso pode ser feito utilizando, por exemplo:

I - citações diretas ou indiretas dos(as) autores(as) de sua predileção;

II - inferências: induza o(a) estudante-leitor(a) a solucionar problemas, a desenvolver um raciocínio;

III - imagens: recomendamos a utilização de ao menos 1 (uma) imagem a cada capítulo de conteúdo do Caderno de Estudos. Não esqueça de referenciar a imagem, colocando título e fonte da qual foi extraída, conforme determinação da ABNT;

IV – *hiperlinks*: estimule o(a) estudante-leitor(a) a ir além do conteúdo do Caderno de Estudos. Recomendamos a inserção de um *hiperlink* por capítulo do material didático.

Uma das características que propomos para o material didático escrito da EaD do IF Baiano é a de que ele seja visualmente atraente e dinâmico. Para isso, o Setor de Artes Gráficas da instituição elaborou ícones que poderão ser distribuídos no decorrer do texto, de acordo com a solicitação do(a) professor(a)-autor(a). É importante que você solicite a esse setor a inserção de ícones para chamar a atenção do(a) estudante-leitor(a) (veja a lista de ícones na página 8 deste material) e também envie imagens, links *ou qualquer outro elemento que possa compor o seu texto. Sinalize trechos aos quais gostaria de dar destaque, utilizando os recursos que o Setor de Artes Gráficas indicará em documento específico de orientação, a ser enviado por* e-mail*. Os destaques e os ícones serão inseridos no texto mediante solicitação dos(as) professores(as)-autores(as), sempre respeitando o padrão de identidade visual dos Cadernos de Estudos.*

Não tenha medo de compartilhar todo o seu conhecimento só porque o(a) seu(sua) estudante-leitor(a) não está presente. Se tudo for feito

de forma organizada, ele(a) vai poder não só aprender com você, mas construir sua própria percepção a respeito do conteúdo trabalhado.

3.2.2 Aspectos de textualidade

Neste item, gostaríamos de tratar de quatro elementos de textualidade que farão parte da construção de seu material didático e que se referem não apenas à forma do texto, mas ao seu conteúdo. São eles: a intertextualidade e a interdisciplinaridade, a coesão e a coerência textuais. Vejamos um por um.

I – intertextualidade

A intertextualidade é extremamente relevante na elaboração do seu material, como tem sido na produção mais contemporânea do conhecimento. Ela diz sobre outros conteúdos que podem estar presentes no texto, de forma explícita ou não. Encorajamos os(as) professores(as)-autores(as) a pluralizar as suas referências. Procure citar não apenas outras autoridades da academia em seu material. Que tal pensar num filme, na letra de uma canção, numa telenovela? São muitas as referências culturais e artísticas que podem ser trazidas para o seu Caderno de Estudos. Algo que faça parte da realidade do(a) estudante-leitor(a), por exemplo; da região onde vive e que ele(a), certamente, conhece. A intertextualidade é isso: a relação do seu texto com outras vozes que tratam dos temas de sua aula, o estabelecimento de conexões, a procura por diálogo com múltiplas referências.

A filósofa Julia Kristeva cunhou a definição mais clássica de intertextualidade, que diz “Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1969, p. 142). Dentro de seu texto autoral, há muitos outros que

lhe formaram como pesquisador(a). A intertextualidade agrega conteúdo ao seu material didático e mostra ao(à) estudante-leitor(a) que existe uma diversidade de leituras possíveis sobre determinados temas. Estimule-o(a) a, com base nessas leituras diversas, construir a leitura dele(a) próprio(a). Isso também pode ser feito induzindo o(a) discente a estabelecer relações com o conteúdo dos outros componentes curriculares aos quais ele(a) vem se dedicando, de forma a perceber como o conteúdo de componentes distintos está interligado. Isso nos leva a trabalhar numa perspectiva interdisciplinar, que é o tópico sobre o qual falaremos em seguida;

II – interdisciplinaridade

A escritora Eneida Maria de Souza, em seu texto *O espaço nômade do saber*, faz um panorama comparativo entre as pesquisas da área de Letras realizadas no Brasil antes e depois do período histórico de abertura política do fim dos anos 1970. Chama a atenção o fato de que a autora considera a interdisciplinaridade um elemento necessário e destacado na produção do conhecimento a partir dessa época, quando "pretende-se diminuir a fratura causada pela especialização monotemática e fechada e partir em busca de uma maior integração disciplinar" (SOUZA, 2002, p. 40).

A perspectiva interdisciplinar, na elaboração de materiais didáticos, possibilita ao(à) estudante(a)-leitor(a) estabelecer interpretações de ordem comparativa e relacional, integrando seus diferentes aprendizados ao longo do curso. Por esse motivo, incentivamos os(as) professores(as)-autores(as) dos Cadernos de Estudos a dialogarem com os outros conteúdos que os(as) discentes vêm trabalhando, descentralizando seu próprio componente curricular e compreendendo-o como parte de uma trama de conteúdos passível de elaborar sentidos diversos e complexos, que vai muito além de si mesmo nos processos de ensino e aprendizagem.

Para além desses aspectos de interdisciplinaridade e de intertextualidade, no que diz respeito à linguagem, o material didático de qualquer curso exige texto coerente e coeso. Na EaD não poderia ser diferente. Coesão e coerência são elementos que se inter-relacionam no processo de escrita e, quando eles falham, a comunicação fica extremamente prejudicada. Por isso eles demandam tanto a nossa atenção no momento de escrever. Vamos falar um pouco sobre eles?

III - coesão textual

A coesão textual diz respeito à articulação das partes do texto, seja dentro de um período, de um parágrafo e do texto como um todo. Observe sempre se os elementos de seu texto estão bem ordenados e se a sequência de ideias está estabelecida por recursos coesivos que permitem uma leitura que progride de forma fluida até uma determinada conclusão. Ao fazer a revisão de seu material, algumas perguntas podem ajudar a perceber se o texto está coeso:

a) quando você convoca o(a) estudante-leitor(a) a retomar uma ideia anterior do seu texto, fica clara qual ideia está sendo retomada? o(a) discente consegue compreender a qual trecho você se refere?

b) os períodos estão completos ou você tem a sensação de que está faltando alguma coisa?

c) quando você diz, no início do texto, que vai tratar de um assunto mais à frente, esse assunto é tratado? ou você se esquece e o assunto fica em aberto?

d) as partes do texto estão articuladas por meio de operadores argumentativos, de advérbios, de conjunções, de pronomes, de verbos, de numerais etc. que auxiliam no encadeamento dos enunciados?

Problemas de coesão, às vezes, podem ser resolvidos por meio de recursos coesivos. Eles são uma questão estrutural que se reflete na construção da oração, na relação dela com o restante do parágrafo e na articulação deste com os outros parágrafos do texto. Pode ser necessária a construção de uma redação mais organizada, de modo geral. Tudo vai depender de detectar qual foi o obstáculo da leitura para poder corrigi-lo;

IV - coerência textual

A coerência textual está no nível da apreensão do sentido do texto. Se o texto está coeso, você já percorreu metade do caminho para ter um texto coerente, mas ainda falta um pouco. A coesão, como vimos no item anterior, ocorre na superfície textual, permitindo que as informações sejam sequenciadas e progridam até chegar ao seu objetivo, que é compartilhar uma ideia. Ela, a coesão, envolve domínio de recursos de linguagem. A coerência, por sua vez, manifesta-se na compreensão lógica do que foi apresentado, tendo a ver com a semântica. Dizer que um texto é coerente é dizer que ele não tem dados contraditórios, que suas informações não fogem a uma percepção lógica. A coerência apresenta-se na substância mais profunda do texto, relacionada ao seu significado.

Tomando um exemplo bem simples, imagine um texto que se propõe a tratar dos benefícios de uma planta medicinal e termina dizendo que essa planta é tóxica. Estranho, não? Que sentido o(a) estudante-leitor(a) vai depreender dessas informações tão confusas? Essa planta sobre a qual o texto discorre é benéfica ou perigosa, afinal de contas? Temos, num caso desse tipo, um texto bastante incoerente e que compromete o ensino e aprendizagem, a compreensão, a apreensão do sentido. Muitas vezes, essas informações contraditórias estão redigidas em linguagem correta, usando os recursos coesivos adequados, sem inadequações apontáveis de uso da língua portuguesa. Entretanto, o sentido do texto é contraditório. É nesse momento que a (falta de) coerência se manifesta.

Para saber mais

Se tiver curiosidade de pesquisar um pouco mais sobre coesão e coerência, sugerimos a consulta a esta publicação de Leonor Fávero: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4099630/mod_resource/content/1/LIVRO%20OK%20Coes%C3%A3o%20e%20coer%C3%AAncia%20textuais%20Leonor%20F%C3%A1vero%28

Sempre que terminar de redigir o seu material, busque fazer uma leitura atenta, tendo o cuidado de não cair em armadilhas que podem ser evitadas. Outra sugestão é solicitar a leitura do seu texto por um(a) colega, pois, em alguns momentos, nosso cansaço trai o nosso olhar e não vemos as nossas falhas. Observe esta distinção feita pela linguista Leonor Fávero acerca das noções de coesão e de coerência textuais:

> (...) os fatores de coesão são os que dão conta da estruturação da sequência superficial do texto; e os de coerência, os que dão conta do processamento cognitivo do texto e permitem uma análise mais profunda do mesmo. Assim, enquanto a coesão se dá ao nível microtextual — conexão da superfície do texto - a coerência caracteriza-se como o nível de conexão conceitual e de estruturação do sentido. (FÁVERO, 1991, p. 59).

Tendo compreendido esses aspectos de textualidade orientadores para a redação de seu Caderno de Estudos, gostaríamos de compartilhar, no próximo item, algumas estratégias para o processamento didático.

3.3 ESTRATÉGIAS DE PROCESSAMENTO DIDÁTICO

A autora Maria Almeida (2009), no seu trabalho *O texto didático escrito para Educação a Distância: um estudo acerca dos fundamentos e estratégias de elaboração*, define as estratégias de processamento didático como aquelas

> que são vinculadas diretamente à ordem do ensinar, constituindo elementos imprescindíveis para darem ao texto a estrutura de uma disciplina acadêmica, mesmo sabendo que não há consenso no que diz respeito aos seus aspectos definidores. (ALMEIDA, 2009, p. 121).

Nos tópicos seguintes, dialogaremos sobre os oito recursos de contextualização sócio-espaço-temporal apresentados pela autora e que

devem ser empregados como estratégias didáticas de mediação da aprendizagem, na construção do texto didático na EaD. São eles:

I - autoapresentação do(a) professor(a)-autor(a);
II - objetivos de aprendizagem do Caderno de Estudos;
III - contextualização dos conteúdos do Caderno de Estudos;
IV - apresentação global dos conteúdos;
V - situações problematizadoras;
VI - orientações para a realização de leituras de aprofundamento;
VII - questões de autoavaliação;
VIII - questões de sistematização.

I - autoapresentação do(a) professor(a)-autor(a)

Essa estratégia tem muita relação com o tópico referente à dialogicidade do texto. Ela é um recurso bastante evidente de aproximar o(a) professor(a)-autor(a) do(a) estudante-leitor(a), fazendo com que este se sinta na sala de aula presencial. A apresentação é um início de conversa, quando começa a se estabelecer a construção da relação interacional e dialógica entre professor(a)-autor(a) e estudante. É também o início da mediação pedagógica, pois "pode ajudar o leitor a se dispor a ler o texto, ou a criar uma série de restrições que podem dificultar a fluência e compreensão inicial" (ALMEIDA, 2009, p. 96). Segundo essa autora, a estratégia permite criar vínculos e referências que facilitam a interação nos instrumentos assíncronos (Ibidem, p. 194).

Tal qual na apresentação presencial na sala de aula, na autoapresentação do material didático de EaD, o(a) professor(a)-autor(a) pode expor um pouco da sua história de vida e do seu percurso profissional e versar sobre as afinidades e sobre os desafios que percebe na profissão que desenvolve, bem como na profissão que o(a) estudante-leitor(a) está traçando na sua trajetória formativa. Ou seja, ela é uma oportunidade de

tratar de histórico e de experiências de vida e de relacioná-los com a temática que irá ser abordada no Caderno de Estudos.

Esse trecho não deve ser muito longo, indicamos que possua entre um e dois parágrafos, que seja amigável e bem próximo da linguagem coloquial oral. A autoapresentação do(a) professor(a)-autor(a) deve estar presente no capítulo de apresentação do Caderno de Estudos e não deve figurar nos demais capítulos de texto;

II - objetivos de aprendizagem do Caderno de Estudos

Explicitar os objetivos de aprendizagem do Caderno de Estudos de modo claro e bem formulado é uma estratégia que pode facilitar a aderência do(a) estudante-leitor(a) para a leitura, pois abre para ele(a) um horizonte de perspectivas de avanços nas suas aprendizagens. Diante desse horizonte apresentado, o(a) estudante-leitor(a) pode projetar a forma como as novas aprendizagens influenciarão suas práticas cotidianas e profissionais, sendo estimulado(a) a se envolver com os estudos do componente curricular e, de modo mais abrangente, do curso.

Para tanto, é necessário que, ao escrever o texto, você, professor(a)-autor(a), tenha a intenção de comunicar ao(à) estudante-leitor(a) o que espera que ele(a) desenvolva como habilidades e competências específicas no componente curricular e na formação humana crítica e integral. Ou seja, **os objetivos apresentados no texto didático devem estar centrados no que se projeta como possível avanço na aprendizagem do(a) estudante-leitor(a)** e, não, nas ações de ensino do professor(a)-autor(a) no desenvolvimento do texto do componente curricular.

Desse modo, recomenda-se que se inicie o tópico “Objetivos de aprendizagem do Caderno de Estudos” oferecendo uma visão geral do componente curricular, para, “em seguida, declararem o que esperam dos estudantes-leitores com a leitura do texto” (ALMEIDA, 2009, p. 99). Esse tópico do texto deve compor o capítulo de apresentação do Caderno de

Estudos. Nos demais capítulos, os objetivos apresentados deverão ter a mesma forma de apresentação, explicitando o que se espera da aprendizagem, e deverão se referir aos conteúdos específicos que serão abordados em cada um deles, e não mais no componente curricular como um todo.

Veja abaixo um exemplo que poderia ser apresentado como objetivo de aprendizagem em um Caderno de Estudos. Perceba que o texto é claro, conciso e destaca o que se espera do(a) estudante-leitor(a).

Exemplo: *O objetivo geral do Caderno de Estudos "Introdução à EaD" é construir conhecimentos abrangentes sobre as práticas de educação na modalidade a distância. A partir de contextualizações históricas da temática, serão estudados objetos e temas próprios da EaD. Esperamos que você conheça as peculiaridades didático-pedagógicas e perceba a importância histórica e social dessa modalidade de educação, buscando se apropriar das ferramentas metodológicas da EaD para avançar na sua trajetória acadêmica e profissional*.

Quais elementos lhe chamaram atenção nesse tópico? Você identifica alguma necessidade de modificar a formulação de objetivos nos seus planos de ensino e textos didáticos, ou já possui a prática de formulá-los enfatizando os objetivos da aprendizagem e, não, do ensino? Reflita sobre essas questões e, se necessário, sistematize-as e discuta-as com a equipe pedagógica mais próxima a você.

III - contextualização dos conteúdos do Caderno de Estudos

Esse tópico centra-se nas ideias de interdisciplinaridade e na construção do perfil profissional. O objetivo do texto que compõe o capítulo “Contextualização dos conteúdos do Caderno de Estudos” é mostrar que o componente curricular relaciona-se com toda a trajetória formativa do(a) educando(a) e que ele(a) tem uma importante função social.

Deve-se explicitar as relações entre os conteúdos do componente curricular apresentado com os mais diversos campos do saber e com os outros componentes curriculares específicos que compõem o curso. Também indica-se que seja explicitada a forma como tais conteúdos podem influenciar a prática profissional e cidadã do(a) estudante-leitor(a). Espera-se que esse panorama integrador motive o(a) estudante-leitor(a) a perceber o quão significativo será o aprendizado construído ao longo dos estudos no curso. O objetivo é propiciar a incorporação da vivência dos(as) estudantes--leitores(as) e o desenvolvimento da percepção de interconexão entre os saberes.

Como a modalidade educativa do curso é a distância, esse tópico do texto também deve trazer à baila esse fato e estimular o(a) estudante-leitor(a) a explorar o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Deve-se motivar o(a) discente a identificar as relações entre os componentes curriculares, que foram explicitadas no texto, no AVA do qual ele(a) faz parte. Nota-se que essa estratégia pretende estimular tanto a atitude investigativa do(a) professor(a)-autor(a), quanto a do(a) estudante-leitor(a), pois ambos(as) terão que construir um painel mental de interconexões, percebendo como os conhecimentos e os saberes disciplinares se entrelaçam na prática cotidiana e profissional.

Uma boa estratégia para iniciar a construção desse tópico é partir da problematização da percepção do(a) estudante-leitor(a) quanto às conexões entre os saberes disciplinares e as práticas cotidianas e profissionais, levando-o(a) a refletir sobre a interdisciplinaridade. Pode-se questionar se ele(a) já pensou que no momento *X* da atuação profissional ele(a) teria que mobilizar os conhecimentos *Y* e *Z,* que são aqueles que serão abordados nas disciplinas *A, B* e *C* do curso, por exemplo.

Partir de situações práticas da vida profissional e cotidiana para identificar conteúdos que poderão apresentar resoluções de problemas corriqueiros é um bom recurso didático para envolver o(a) estudante-leitor(a) nos estudos e para fazê-lo(a) ressignificar constantemente o papel

social e individual da sua formação. É necessário destacar quando você, professor(a)-autor(a), escrever sobre a importância social dos saberes em questão. É preciso considerar a multiplicidade de grupos socioculturais dos(as) estudantes-leitores(as) e buscar contemplá-la e respeitá-la. A contextualização dos conteúdos do Caderno de Estudos deve compor o texto do capítulo de apresentação do Caderno, não precisando figurar nos seus demais capítulos. Nos outros capítulos, haverá textos de contextualização que deverão se referir aos conteúdos específicos de cada um deles e que serão apresentados logo no seu início;

IV - apresentação global dos conteúdos

Esse tópico é como um mapa do percurso que o(a) professor(a)-autor(a) e o(a) estudante-leitor(a) farão juntos durante a leitura do Caderno de Estudos. Tem a finalidade de balizar a trajetória deles(as) enquanto sujeitos na relação de ensino e aprendizagem, que se estabelece com a produção e com a leitura do material didático.

Para isso, professor(a), você pode expor os conteúdos em um breve texto corrido ou em tópicos com apresentações concisas ao lado de cada um deles. Não se trata de aprofundá-los, nem de versar sobre os objetivos dos conteúdos, porque isso será feito nos capítulos seguintes, quando você deverá retomar a exposição e descrever também os objetivos de aprendizagem esperados, por blocos de conteúdos. Perceba que utilizamos esse recurso quando apresentamos o tópico 3.3 deste livro;

V - situações problematizadoras

As problematizações são importantes recursos didáticos nas abordagens pedagógicas sociointeracionistas. Elas alicerçam as práticas de ensino que favorecem aprendizagens construídas a partir da atitude reflexiva e questionadora e, não, da mera exposição de informações.

Como é possível perceber, a presença de problematizações no texto é uma estratégia didática de criação de diálogos reconstrutivos, que promovem o protagonismo da aprendizagem a partir da ressignificação de práticas do(a) estudante-leitor(a). Segundo Preti, dialogar com o(a) discente é se comunicar com ele(a), provocando-o(a) e levando-o(a) a valorizar o que sabe a partir de situações do cotidiano, de fatos e de estudos de caso (PRETI, 2009).

As problematizações devem contextualizar a aprendizagem e torná-la significativa para o(a) estudante-leitor(a), por isso, elas não devem nem facilitar, nem dificultar demais as situações em estudo. Além disso, elas devem explicitar

> as divergências entre aquilo que ele(a) já sabia (saber imediato) e o saber da produção científica (saber mediato) apresentado pelo(a) professor(a)-autor(a), o que gera conflitos de opiniões pelas contradições que podem ocorrer, exigindo que o(a) estudante-leitor(a) desenvolva sua capacidade argumentativa. (OLIVEIRA *et al*. apud ALMEIDA, 2009, p. 109).

Devido ao importante papel de trazer protagonismo ao(à) estudante-leitor(a) e de fortalecer o vínculo entre professor(a)-autor(a) e discente, essa estratégia deve ser usada ao longo de todo o texto didático do Caderno de Estudos e, não, somente no capítulo de apresentação.

Na produção do Caderno de Estudos, é possível atribuir destaque visual a esse recurso didático, pois disponibilizamos um ícone específico para as situações problematizadoras que você irá apresentar. Segue um exemplo de como ocorre o emprego desse tipo de estratégia didática em um suposto componente curricular cujo conteúdo é a aprendizagem:

Paralelos significativos

Você já refletiu sobre a relação entre o desempenho acadêmico e o estado socioemocional? Lembra de alguma vez em que fez avaliação da aprendizagem e teve um desempenho muito abaixo do esperado? Tente lembrar como estava a sua emoção naquele dia, ou naquele período da sua vida: que fatores podem ter influenciado o desempenho? Pois bem, tudo isso que você resgatou na memória tem relação com a aprendizagem, nosso tema de estudos neste capítulo.

Cabe dizer aqui que, ao empregarmos representações nas situações problematizadoras, criando e/ou empregando exemplos, metáforas, contos, estudos de caso, imagens ou qualquer outra estratégia de problematização e de contextualização, devemos estar sempre atentos(as) para não fortalecermos nenhum tipo de assimetria entre os diversos grupos socioculturais. Por outro lado, o que devemos tentar promover é o "diálogo e construção conjunta entre diferentes pessoas e/ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, etc." (CANDAU, 2008, p. 54).

Atenção

Devemos levar em consideração que as representações de etnia, de gênero, de classe, as questões de orientação sexual, as deficiências, as crenças, dentre outras, podem veicular informações que naturalizam desigualdades ou que denunciam assimetrias. Diante disso, orientamos que aquelas representações que naturalizam as desigualdades não sejam empregadas no material didático da nossa instituição.

As situações problematizadoras podem ser usadas na apresentação do capítulo, antes ou depois da explicação de novos conceitos, em estudos de caso, nas atividades de autoavaliação ou em qualquer outro lugar pertinente do texto, desde que sigam as características levantadas anteriormente. É fundamental que o(a) professor(a)-autor(a) busque

apresentar desafios passíveis de serem solucionados para estimular o avanço dos(as) estudantes-leitores(as). Não se recomenda o emprego de perguntas sem respostas, ou com respostas extremamente complexas, que gerem frustrações e dificultem a aprendizagem;

VI - orientações para a realização de leituras de aprofundamento

Essa estratégia didática não é um tópico do texto, posto que aparece ao longo de todo o material, quando há indicações de leituras de aprofundamento e, mais especificamente, no final de cada capítulo, na bibliografia apresentada. Essas indicações podem ser feitas também por meio de *hiperlinks*, que facilitam a usabilidade pedagógica do Caderno de Estudos.

> Há uma tendência de considerar que, ao apresentar a bibliografia no final do texto, essa questão estaria resolvida. Pela experiência vivida em contextos de EaD, podemos afirmar que essa forma não tem resolvido o problema, provavelmente um dos mais sérios, quando se trata da aprendizagem a distância. (ALMEIDA, 2009, p. 110).

Diante do que expõe a autora, percebemos como a estratégia de orientação para a realização de leituras é imprescindível. Na EaD, temos que motivar continuamente os(as) estudantes-leitores(as) a buscarem outras fontes, autores(as) e formatos de comunicação para aprofundar as reflexões trazidas no material didático, pois, apesar de suficiente para a apresentação de conceitos basilares, esse material não esgota todas as abordagens do tema.

Sendo assim, é necessário que o(a) professor(a)-autor(a) indique novas leituras e que o faça combinado a orientações como uma breve apresentação da obra, a contextualização dela, a importância do(a) seu(sua) autor(a), o papel de destaque que aquela obra ou aquele conceito tem no

campo do saber etc. Essas orientações, além de aprofundarem o estudo, podem "cumprir a importante função de contribuir para uma melhor qualidade do ato de ler" (ALMEIDA, 2009, p. 112).

Um outro alerta que devemos enfatizar aqui é sobre uma importante característica que o texto do Caderno de Estudos deve possuir: diversidade nas referências consultadas. É necessário que o(a) estudante-leitor(a) perceba que o conhecimento acadêmico ocorre por meio de diversas leituras que nos levam a aprofundar as aprendizagens, a questionar pontos de vista e a colocar em confronto variados conceitos e correntes de pensamento, aprendendo a refletir de modo dialético e complexo.

Paulo Freire nos diz que estudar exige que se ponha, "tanto quanto possível, a par da bibliografia que se refere ao tema ou ao objetivo de sua inquietude" (FREIRE, 1981, p. 10). Sendo assim, esse tópico do texto é uma boa oportunidade de demonstrarmos isso aos(às) estudantes-leitores(as) e de motivá-los(as) a compreender o que Freire nos fala.

Veja um exemplo de como seria uma orientação bem detalhada para a realização de leitura de aprofundamento, que aparece nas referências bibliográficas do texto de Almeida:

> LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
>
> Este livro aborda aspectos teóricos e práticos referentes às situações didáticas e seu contexto histórico e social, de modo a favorecer a compreensão crítica dos leitores quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Além disso, apresenta elementos essenciais para a elaboração de um plano de ensino em todas as suas dimensões, contribuindo também para a formação técnica do educador. (ALMEIDA, 2009, p. 111).

Outro exemplo mais breve de orientação para leitura de aprofundamento poderia ser:

Exemplo: PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

Para aprofundar a sua compreensão da Didática, indicamos a leitura do livro de Selma Pimenta e de Léa Anastasiou, Docência no ensino superior, no qual as autoras discutem as peculiaridades da Didática nesse nível de ensino e a contextualizam na história do Brasil.

Na construção do Caderno de Estudos, você poderá usar dois marcadores visuais para essa estratégia didática:

Deve ser empregado quando a indicação de leitura é uma referência básica ou complementar e está dentro da área do saber do componente curricular.

Deve ser empregado quando a indicação de leitura é uma referência de outra área do saber.

Indicamos que toda referência básica venha acompanhada de orientação para leitura de aprofundamento. Para as demais referências apresentadas no Caderno de Estudos, fica a critério do(a) professor(a)-autor(a) o emprego das orientações;

VII - questões de autoavaliação

Para discutirmos esse tópico, é importante relembrar que a autoaprendizagem é fundamental para a EaD e que consolidar novos saberes depende muito da avaliação que cada aprendiz faz dos avanços e das dificuldades encontradas no seu percurso. Sendo assim, é preciso que

o(a) professor(a)-autor(a) favoreça que os(as) estudantes-leitores(as) reflitam sistematicamente sobre os seus processos de aprendizagem.

As questões de autoavaliação como estratégia didática devem oferecer elementos para que os(as) estudantes-leitores(as) possam verificar seu nível de compreensão e refletir se eles cumpriram o seu desafio de estudante que, segundo Freire (1981), é composto por:

a) apropriação da significação profunda global do texto;

b) delimitação dos núcleos centrais do texto em interação com sua unidade;

c) pensamento sobre a sua prática e sobre as ideias do texto de modo crítico.

As questões de autoavaliação devem possibilitar que o(a) estudante-leitor(a) perceba claramente esses três importantes aspectos da leitura e da aprendizagem do texto estudado. Partindo da reflexão proposta pela autoavaliação, o(a) estudante-leitor(a) poderá identificar o que sabe e o que ainda não sabe, para poder autogerir seus processos de aprendizagem. A partir da autoavaliação, duas atitudes poderão ser tomadas: avançar nos conteúdos ou reconhecer a necessidade de instrumentar-se mais e, portanto, de voltar ao texto quantas vezes se façam necessárias.

Sugerimos que o(a) professor(a)-autor(a) possa dialogar sobre isso com o(a) estudante-leitor(a), motivando-o(a) tanto a avançar como a retomar as leituras dos tópicos que não ficaram claros. Além de motivá-lo(a) a retomar o texto, é importante que o(a) professor(a)-autor(a) também incentive o(a) estudante-leitor(a) a interagir com os(as) mediadores(as), com os(as) professores(as) e como os(as) colegas, buscando se apropriar do sentido profundo e dos núcleos específicos do texto estudado.

Para construir esse trecho do texto, o(a) professor(a)-autor(a) poderá formular perguntas. Abaixo destacamos um fragmento de quadro

proposto por Almeida sobre a tipologia de perguntas de compreensão, baseada em Marcuschi:

Quadro 2 – Tipologia de perguntas de compreensão

(...) **3. Objetivas**	São as perguntas que indagam sobre os conteúdos objetivamente inscritos no texto (o que, quem, quando, como, onde...), numa atividade de pura decodificação. A resposta acha-se centrada exclusivamente no texto.	. Quem comprou a meia azul?
		. O que ela faz todos os dias?
		. De que tipo de música Bruno mais gosta?
		. Assinale com um x a resposta certa.
4. Inferenciais	Essas perguntas são as mais complexas; exigem conhecimentos textuais e outros, sejam pessoais, contextuais, enciclopédicos, bem como regras inferenciais e análise crítica para a busca de respostas.	. Há uma contradição quanto ao uso da carne de baleia no Japão. Como isso aparece no texto?
5. Globais	São as perguntas que levam em conta o texto como um todo e os aspectos extratextuais, envolvendo processos inferenciais complexos.	. Qual a moral dessa história?
		. Que outro título você daria?
		. Levando-se em conta o sentido global do texto, pode-se concluir que...
6. Subjetivas	Essas perguntas em geral têm a ver com o texto de maneira apenas superficial, sendo que a resposta	. Qual a sua opinião sobre...?
		. O que você acha do...?

	fica por conta do aluno e não há como testá-la em sua validade.	. Do seu ponto de vista, a atitude do menino diante da velha senhora foi correta?

Fonte: MARCUSCHI, 2003 apud ALMEIDA, 2009, p. 113.

Não há um tipo de questão mais adequado para as perguntas das questões de autoavaliação, porém as inferenciais podem abrir possibilidades de reflexões bastante aprofundadas, o que pode ser um estímulo à aprendizagem, pois elas

> baseiam-se em informações textuais explícitas e implícitas, bem como em informações postas pelo(a) estudante-leitor(a). Na atividade inferencial, costumamos acrescentar ou eliminar, generalizar ou reordenar, substituir ou extrapolar informações. Isso porque avaliamos, generalizamos, comparamos, associamos, reconstruímos, particularizamos informações e assim por diante. Essas são atividades constantes na vida diária e podem ser treinadas como atividades ligadas aos processos de compreensão textual (MARCUSCHI, 1996, p. 79 apud ALMEIDA, 2009, p. 119).

As questões de autoavaliação podem aparecer no capítulo de apresentação, no entanto, elas são prioritárias nos capítulos de conteúdos específicos. Podem também estar distribuídas ao longo do texto, porém é fundamental que figurem no final de cada capítulo de conteúdo, como um ponto de checagem e de passagem para a próxima etapa.

Na construção do Caderno de Estudos, atribui-se uma característica visual para essa estratégia, por isso, você poderá empregar esse recurso, basta sinalizar a intenção de emprego quando enviar o material de texto;

VIII - questões de sistematização

As questões de sistematização são uma estratégia para facilitar a construção imaginária ou material de um mapa mental do que foi aprendido

no texto, com retomada e destaque de pontos importantes que foram abordados. É imprescindível que elas componham o seu texto, pois isso demonstra para o(a) estudante-leitor(a) como é importante criar sínteses para avançar no processo de aprendizagem.

Esse trecho do texto pode vir em formato de tópicos comentados, de tabelas de síntese ou de texto curto sobre o que foi discutido. Deve figurar, necessariamente, ao final dos capítulos de conteúdo.

Um recurso didático interessante que também pode ser empregado nesse tópico do texto é sugerir ao(à) estudante-leitor(a) que ele(a) possa realizar atividades de sistematização da aprendizagem, o que seria também uma atividade de autoavaliação. Você pode sugerir ao(à) estudante-leitor(a) que:

a) identifique a ideia principal do texto;

b) apresente sínteses das ideias secundárias;

c) registre conclusões sobre cada um dos conceitos abordados;

d) reflita criticamente sobre a ideia global do texto do capítulo diante da sua experiência profissional e/ou de vida.

Além das estratégias de contextualização sócio-espaço-temporal indicadas acima e fundamentadas em Almeida (2009), como você já pode perceber, nesta publicação, adotamos outro importante recurso didático, o **glossário**, com emprego de ícone associado a ele. Na elaboração do Caderno de Estudos de sua autoria, recomendamos que você também utilize essa estratégia didática para indicar termos que são indispensáveis para a compreensão do conteúdo, porém não foi possível que eles fossem abordados no corpo do texto. Sendo assim, esses termos serão tratados isoladamente ao lado do texto, utilizando-se um marcador visual específico que indica a importância da palavra. Esse recurso também sinaliza para o(a) estudante-leitor(a) a necessidade de pesquisar termos que ainda não foram

consolidados na aprendizagem, motivando-o(a) a extrapolar o texto didático do Caderno de Estudos.

Abaixo segue um quadro-síntese sobre as estratégias didáticas de que tratamos neste tópico:

Quadro 3 – Síntese das estratégias didáticas

Estratégia didática	Localização no texto	Objetivos
Autoapresentação do(a) professor(a)-autor(a)	Capítulo de apresentação	Construir relação interacional dialógica.
Objetivos de aprendizagem do Caderno de Estudos	Capítulo de apresentação	Facilitar aderência à leitura do texto.
		Envolver o(a) estudante-leitor(a) no estudo do componente curricular.
		Projetar horizonte de aprendizagens.
Objetivos de aprendizagem dos conteúdos	Início de todos os capítulos de conteúdo	Facilitar aderência à leitura do texto.
		Envolver o(a) estudante-leitor(a) no conteúdo.
		Projetar horizonte de aprendizagens.
		Promover participação ativa na aprendizagem.
		Estabelecer relação com as atividades da área profissional.
		Fomentar a construção de criticidade.
Contextualização dos conteúdos do Caderno de Estudos	Capítulo de apresentação	Situar o componente curricular no tempo e no espaço do contexto em que está envolvido.
		Criar interdisciplinaridade.
		Destacar a importância social dos conhecimentos.

Contextualização dos conteúdos	Capítulos de conteúdo	Situar o conteúdo no tempo e no espaço do contexto em que está envolvido.
		Propiciar a legitimação das vivências dos(as) estudantes-leitores(as).
		Abranger o âmbito profissional.
		Levantar hipóteses.
Apresentação global dos conteúdos	Capítulo de apresentação e início de todos os capítulos de conteúdo	Possibilitar a visualização de interconexões.
		Favorecer a organização e a apresentação de conteúdos, facilitando o acesso à informação.
Situações problematizadoras	Todos os capítulos	Analisar fatos e casos reais.
		Identificar problemas.
		Propor soluções.
		Valorizar a experiência.
		Levantar hipóteses.
		Desenvolver o processo dialético: prática-teoria-prática.
Orientações para leituras de aprofundamento	Capítulos de conteúdo	Agregar outros pontos de vista.
		Teorizar sobre os problemas.
		Estabelecer conexões.
		Desenvolver atitude investigativa.
Questões de autoavaliação	Capítulo de apresentação do componente curricular (opcional) e todos os capítulos de conteúdo	Fomentar a autonomia.
		Evidenciar o desenvolvimento de habilidades, de competências e de criticidade.
		Fomentar a autonomia.

		Estimular a criticidade.
Questões de sistematização	Capítulos de conteúdo	Desenvolver a competência investigativa.
		Desenvolver a habilidade de sintetizar e de correlacionar.

Fonte: autoria própria.

3.4 USABILIDADE PEDAGÓGICA

Facilidade de uso. Facilidade para a aprendizagem. Essas duas são as expressões que sintetizam o conceito de usabilidade pedagógica. Cada vez mais, neste mundo de informações múltiplas e verossímeis, a utilização de recursos tecnológicos, como sistemas computacionais e meios eletrônicos, por usuários(as) não especializados(as) em informática, com diferentes perfis de aprendizagem, habilidades e idades e com variada formação acadêmica, vem demandando da EaD ajustes constantes de interfaces cada vez mais fáceis e que favoreçam plenamente o desenvolvimento do(a) estudante-usuário(a), seu público-alvo.

Nesse contexto, a discussão sobre a usabilidade pedagógica interessa à elaboração de materiais didáticos produzidos para a EaD porque esse conceito diz respeito ao próprio processo de construção do material e a como foi conduzida sua elaboração pedagógica para que, de fato, favoreça a aprendizagem do(a) estudante-leitor(a). Assim, percebemos que a usabilidade pedagógica se vale de outra usabilidade, a de *design*. Essa nada mais é que o planejamento das superfícies dos materiais, tendo em vista a promoção de interfaces leves, simples e de fácil manuseio por seus(suas) usuários(as).

É daí que surge, portanto, o conceito de Ergopedagogia. Essa ergonomia pedagógica, ou seja, a usabilidade pedagógica, deve ser levada em consideração quando da produção de materiais para cursos a distância, pois, nessa perspectiva teórico-técnica, a EaD precisa sustentar a

aprendizagem intrinsecamente efetivada por seus meios, pelos meios em que essa educação ocorre, de modo que se crie um ambiente colaborativo, construtivo e ativo do conhecimento.

Uma possibilidade de você garantir a usabilidade pedagógica na preparação de seus materiais didáticos para a EaD é o teste de usabilidade, por meio do qual se verifica se um(a) usuário(a) qualquer tem facilidade de manuseio, de aprendizagem e de progresso. Inclusive, a fim de se construírem parâmetros, o teste de usabilidade também poderá ser utilizado para avaliar a acessibilidade de suas produções, como você verá no capítulo 5 destas diretrizes.

4 NORMATIZAÇÃO

Além das características textuais sobre as quais conversamos no capítulo 3, os materiais didáticos escritos para a EaD do IF Baiano seguirão um padrão preestabelecido, no intuito de criar identidade visual e textual comum para os Cadernos de Estudos produzidos pelo Instituto.

Como pesquisador(a), você sabe que, na escrita de seu texto acadêmico, é necessário seguir algumas normas referentes à fonte utilizada no texto, ao tamanho dessa fonte, ao espaçamento entre linhas, às margens etc. Essas normas também são importantes no material textual da EaD do IF Baiano, com a finalidade de criar a identidade a que nos referimos no parágrafo anterior. A proposta da DEaD é que os Cadernos de Estudos do IF Baiano sejam redigidos na seguinte formatação:

I - folha tamanho A4;

II - todas as margens com 1,5 cm;

III - fonte: Calibri tamanho 12 para o texto, 20 para o título do capítulo e 14 para os títulos das seções, tudo na cor preta;

IV – títulos de capítulo e de seções secundárias devem vir em maiúsculas (caixa alta), e títulos de seções terciárias apenas com inicial maiúscula. Todas as seções e capítulos devem ser intitulados usando negrito;

V - espaçamento entre linhas: 1,5;

VI – recuo de parágrafo de 1,25 cm.

Pede-se, ainda, que os Cadernos de Estudos elaborados pelos(as) professores(as)-autores(as) sejam enviados à Diretoria de Educação a Distância por *e-mail*, em arquivo editável (*Libre Office*, *WPS Writer* ou similar).

Tendo essas informações em mãos, você já pode começar a redigir seu Caderno de Estudos com a segurança de que ele estará atendendo ao padrão dos materiais didáticos da EaD do IF Baiano. Entretanto, nós sabemos que a redação de um texto científico é bem característica e precisa de outras recomendações de normatização. Seguiremos, dessa forma, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que já são parte da rotina de produção acadêmica de qualquer pesquisador(a). Destacamos, logo adiante, algumas normas da ABNT que eventualmente deverão ser consultadas para a elaboração do seu material didático:

I - ABNT NBR 6029/2006: normatiza a elaboração de **livros e de folhetos**. Nela você poderá consultar quais os elementos essenciais de um livro e como construí-los, a exemplo da capa, da folha de rosto etc.;

II - ABNT NBR 6027/2012: normatiza a elaboração de **sumários**, elemento essencial de qualquer publicação. Como sempre, você poderá seguir o modelo do sumário desta publicação (que foi construído conforme a ABNT), mas, caso haja dúvida, sempre se pode consultar a norma da Associação;

III - ABNT NBR 10520/2002: é uma das normas mais utilizadas por quem produz textos científicos, pois versa sobre as **citações** de outros documentos. No caso do seu material didático, por exemplo, lembre-se sempre de que as citações diretas com mais de três linhas devem vir destacadas do texto, em fonte de tamanho menor, com alinhamento justificado e com recuo de parágrafo de 4 cm. Já as citações diretas de até três linhas podem estar inseridas no texto, entre aspas;

IV - ABNT NBR 6023/2018: normatiza, no final do texto, as **referências**, demonstrando quais as fontes consultadas para a elaboração

do seu Caderno de Estudos. Como professor(a), você já está bem familiarizado(a) com a utilização dessa norma;

V - ABNT NBR 6024/2012: dispõe sobre a **numeração progressiva** das seções de um documento e também das subseções e das alíneas. A consulta a essa norma auxilia bastante na organização do conteúdo do seu material.

A ABNT possui outras normas menos utilizadas, mas que podem ser muito úteis na elaboração do seu texto didático. Uma delas é a **ABNT NBR 5892/2019**, que normatiza a **escrita de datas** (caso você precise situar um acontecimento histórico, ou datar o início de um experimento científico, por exemplo). Por isso, recomendamos a consulta não apenas dessa norma, mas de todas as outras sobre as quais houver dúvida e você sentir necessidade.

Outro importante aspecto que se deve considerar na elaboração do texto do Caderno de Estudos é a dimensão do material que será produzido. Orientamos que o Caderno de Estudos contenha quatro capítulos de conteúdo. O número de páginas que irá compor cada capítulo relaciona-se diretamente com a carga horária do componente curricular, associada ao conteúdo abordado no Caderno. A relação número de páginas x carga horária é indicada na métrica empregada pela DEaD e você pode consultá-la no APÊNDICE A deste material.

Agora que conseguimos abarcar a parte formal da produção do seu Caderno de Estudos, pensamos que seja o momento de introduzir outras questões importantes, como a acessibilidade, que veremos no próximo capítulo.

5 ACESSIBILIDADE

No capítulo anterior, você conheceu tanto as regras de normatização adotadas pelo IF Baiano para a produção dos materiais da EaD como algumas normas prescritas pela ABNT. Neste capítulo, vamos tratar do conceito de acessibilidade, no sentido mais específico relacionado à produção de materiais didáticos para a EaD, como é o caso dos Cadernos de Estudos elaborados pelo(a) professor(a)-autor(a) para os cursos na modalidade a distância ofertados pela instituição. A partir de agora, você será orientado(a) sobre algumas especificidades a que deve atentar para tornar os materiais didáticos o mais acessíveis possível à grande diversidade de público da EaD.

Conforme vimos no primeiro capítulo deste documento, a EaD não é algo recente no mundo; ela pode ser ainda mais antiga se considerarmos que, desde a Antiguidade, alguns documentos religiosos circulavam entre várias regiões, disseminando conselhos aos fiéis. O que é recente, na verdade, é o conceito de acessibilidade na educação, introduzido timidamente na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, passando pelo Decreto Federal Nº 5.296 (2004), até aparecer explicitamente na tão conhecida Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146, de 2015).

A ideia de acessibilidade tratada neste capítulo não se restringe às exigências de se tornarem acessíveis os materiais didáticos apenas para pessoas com deficiências e/ou com mobilidade reduzida, público-alvo ao qual as legislações supramencionadas se referem. O tratamento dado à acessibilidade em materiais didáticos deve ser muito mais amplo. Pensamos, além das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, nas pessoas idosas, naquelas com transtornos funcionais específicos de aprendizagem (como, por exemplo, as disléxicas e as discalcúlicas), nas pessoas acidentadas, nas pessoas com variadas

incapacidades temporárias etc. Todas elas e muitas outras podem, portanto, ser estudantes-leitoras dos materiais de estudo confeccionados por você.

Embora seja muito difícil definirmos a diversidade do público que precisa ter acesso aos materiais didáticos produzidos por você para a EaD, devemos ter em mente que a heterogeneidade é inerente à sociedade e, portanto, é certo que você precisará escrever materiais para uma ampla variedade de perfis de estudantes-leitores(as).

Por causa disso, este capítulo busca subsidiar a elaboração de seus materiais didáticos produzidos especialmente para os cursos de EaD do IF Baiano, tendo em vista os princípios do Desenho Universal, sustentados pelas Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (*WCAG*, na sigla em inglês). Para fundamentarmos teoricamente nossas orientações sobre acessibilidade, lançaremos mão da obra de Andréa Sonza *et al*. (2013), que é uma contribuição significativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), às áreas de acessibilidade e de tecnologia assistiva.

5.1 ACESSIBILIDADE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Já são conhecidas por todos nós as vantagens que as novas e emergentes tecnologias têm trazido para a vida moderna da sociedade, especialmente no campo do conhecimento, ou melhor, da obtenção e da difusão do conhecimento. No que se refere a isso, a psicolinguista argentina Emilia Ferreiro afirma que os recursos tecnológicos são altamente benéficos ao processo de aprendizagem porque “deixam mais acessível uma grande diversidade de textos, dão mais autonomia ao aluno e reforçam a ideia de que professores ou livros didáticos não são a única fonte de informação” (SANTOMAURO, Beatriz, 2013, p. 47).

Em vista disso, é necessário universalizarmos o acesso ao conhecimento, que é facilitado quando fazemos uso de ferramentas de tecnologia. Nesse contexto, usamos o conceito de Desenho Universal, o qual surgiu por força dos(as) profissionais da Arquitetura, na Universidade Estadual da Carolina do Norte, Estados Unidos da América, para designar o conjunto de princípios que buscam gerar, segundo Andréa Sonza *et al*. (2013, p. 38), "ambientes, serviços, produtos e tecnologias utilizáveis equitativamente, oferecendo segurança e autonomia ao maior número de pessoas, sem que haja a necessidade de adaptação ou readaptação".

São sete os princípios de base do Desenho Universal, a saber: Uso Igualitário; Uso Flexível; Uso Simples e Intuitivo; Informação Perceptível; Tolerância ao Erro; Pouco Esforço Físico e Dimensão/Espaço para Aproximação/Uso. Desses sete aspectos, três interessam-nos aqui: o Uso Simples e Intuitivo, a Informação Perceptível e a Tolerância ao Erro, os quais detalharemos a seguir.

O princípio do Uso Simples e Intuitivo do Desenho Universal tem importância para as questões de acessibilidade em materiais didáticos porque seu conceito está intimamente ligado à utilização e ao manuseio de compreensão fácil, independentemente das experiências pessoais, das habilidades de linguagem ou da capacidade de concentração dos(as) usuários(as). Em outras palavras, o(a) estudante-leitor(a) da EaD do IF Baiano que acessar os Cadernos de Estudos produzidos por você deverá se deparar com um material que facilite, por si, o manuseio das informações e a compreensão de seu conteúdo, de forma que toda e qualquer complexidade desnecessária seja descartada, considerando a intuição natural da mente humana.

Assim, nas palavras de Sonza *et al*. (2013, p. 39), esse princípio "organiza as informações de acordo com sua importância e oferece mecanismos de alerta e de resposta efetivos durante e após a realização de determinada tarefa". São exemplos de aplicação do princípio de Uso Simples e Intuitivo as ações abaixo:

I - prever de forma lógica a leitura do material;

II - evitar parágrafos longos, primando pela coesão entre frases e períodos;

III - numerar com algarismos arábicos as páginas, preferencialmente, no canto superior direito;

IV - inserir, de forma alternada, no cabeçalho ou no rodapé da página, ora o título do material, ora o título do capítulo (ou da seção);

V - intitular o material com frase ou com expressão nominal, considerando as palavras-chave do assunto tratado;

VI - evitar estrangeirismos e excesso de termos técnicos;

VII - inserir glossário, sempre que necessário.

Já o princípio da Informação Perceptível, um dos aspectos-chave da acessibilidade em materiais didáticos, diz respeito à legibilidade das informações, isto é, aos conteúdos apresentados no Caderno de Estudos elaborado por você, que deve, necessariamente, efetivar uma comunicação, com rápida assimilação do que está sendo apresentado, de forma dialógica, como vimos no subcapítulo 3.1 destas diretrizes.

Desse modo, a Informação Perceptível torna obrigatória a exploração das mais variadas formas de apresentação das informações, haja vista as necessidades dos(as) interlocutores(as). Então, nos materiais didáticos, é importante que você ofereça, conforme Sonza *et al*. (2013, p. 40), “compatibilidade com uma variedade de técnicas ou ferramentas

utilizadas por pessoas com limitações sensoriais". São exemplos de aplicação do princípio de Informação Perceptível as ações a seguir:

I - fazer descrição textual sucinta das ilustrações que aparecem no material didático;

II - disponibilizar a versão do material transcrita em braille, traduzida em LIBRAS e em impressão ampliada, quando necessário;

III - oferecer contraste entre plano de fundo e primeiro plano no *design* do material didático;

IV - priorizar fundo branco e letra preta nos textos;

V - fornecer *links* de vídeos da *web* que sintetizem o conteúdo do capítulo;

VI - priorizar *links* de vídeos que tenham audiodescrição, legenda em português e janela de LIBRAS;

VII - utilizar imagens de pessoas e de lugares, quando necessário, com vistas a ilustrar as informações.

Outro princípio que nos interessa aqui é o de Tolerância ao Erro, pois ele se aplica, sobretudo, à acessibilidade necessária ao planejamento das atividades e das avaliações constantes dos Cadernos de Estudos. Sendo assim, ao planejar as atividades avaliativas do conteúdo abordado em seu material didático, certifique-se de que ele garanta a sensação de segurança e de autoconfiança ao(à) estudante-leitor(a) da EaD, minimizando os riscos de esse(a) discente cometer erros. A partir desse princípio, o texto do material didático torna-se enxuto, claro e autoexplicativo.

É por meio desse aspecto que você cuidará de evitar equívocos de interpretação das informações ou confusões de relação que se estabelecem entre elas, principalmente, no que concerne às questões linguísticas, como é o caso das terminologias técnicas, da construção de metáforas e das analogias teóricas. Sobre isso, Litto e Mattar explicam que

> os profissionais da educação precisam estar conscientes da necessidade de fazer ajustes adequados para apoiar a acessibilidade, e é responsabilidade do professor tomar decisões que afetem o conteúdo acadêmico. (LITTO; MATTAR, 2017, p. 198).

Apresentamos, em seguida, algumas ações que exemplificam a aplicação do princípio de Tolerância ao Erro:

I - possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente;

II - evitar as famosas “pegadinhas” nas questões de atividades avaliativas;

III - destacar, preferencialmente, com negrito, a(s) palavra(s)-chave do enunciado das questões imperativas, como, por exemplo, “Marque a **alternativa correta**”;

IV - garantir que o enunciado de questões de avaliação seja claro em relação ao que se pede;

V - evitar que, numa mesma questão avaliativa, haja mais de um pedido.

Além dos aspectos mencionados acima, podemos apontar também a necessidade de realizarmos testes de avaliação da acessibilidade do

material produzido, feita por um público heterogêneo, conforme nos orientam Litto e Mattar (2017). Para os autores, a pessoa com deficiência deve ser priorizada quanto aos testes de avaliação da acessibilidade. Em seguida, os testes podem considerar ainda especialistas em acessibilidade, pessoas leigas no assunto específico tratado no material didático e, por fim, os próprios recursos de tecnologia assistiva.

Dessa maneira, é possível que você obtenha um *feedback* da usabilidade pedagógica de seu material elaborado para a Educação a Distância. Esse retorno avaliativo deve se apoiar nos três princípios do Desenho Universal de que tratamos aqui, além de estar baseado nas diretrizes da Ergopedagogia, que é o mais recente termo aplicado à ideia de que os processos de ensino e aprendizagem sejam ergonomicamente favoráveis aos(às) participantes desses processos, ou seja, que os procedimentos aplicados e os recursos utilizados atendam, adequada e satisfatoriamente, às necessidades de seus(suas) usuários(as), conforme visto no subcapítulo 3.4.

Por fim, em face do que aprendemos neste capítulo, podemos compreender mais detidamente que a EaD, para se efetivar, necessita eliminar barreiras que impossibilitem a atuação dos atores do cenário em questão. Isso quer dizer que a atenção diligente às questões relativas à acessibilidade torna-se imprescindível quando se pretende garantir a aprendizagem e o desenvolvimento dos(as) estudantes-leitores(as) matriculados(as) nos cursos de EaD do IF Baiano, conforme previsto no capítulo 2 desta publicação.

O cumprimento das orientações descritas neste capítulo pode ajudar você a elaborar materiais acessivelmente adequados às especificidades daqueles(as) que serão seus(suas) futuros(as) estudantes-leitores(as). Com essas orientações, esperamos ter contribuído, pelo menos um pouco, para o sucesso de suas produções acadêmico-didáticas.

6 PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS

Acabamos de expor, no capítulo anterior, algumas orientações necessárias acerca da acessibilidade e da tecnologia assistiva. Agora trataremos de propriedade intelectual e de direitos autorais, com o objetivo de facilitar seu trabalho no que diz respeito ao uso de materiais de consulta e de referência. Conhecendo esses conceitos, você se sentirá mais tranquilo(a) para construir seu texto, para buscar fontes seguras e para saber como usá-las.

De acordo com a publicação Nº 450 (E) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) (em inglês: *World Intellectual Property Organization* - *WIPO*), "propriedade Intelectual refere-se às criações da mente: invenções, trabalhos literários e artísticos, símbolos, nomes e imagens usados no comércio" (WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION, [s.d.], p. 2, tradução nossa).

Essa entidade, na publicação mencionada, divide a propriedade intelectual em dois campos: **direitos autorais** (que inclui obras literárias, intelectuais, artísticas e arquitetônicas) e **propriedade industrial**, relacionado às patentes para invenções, para marcas e para desenhos industriais. O objetivo dos direitos de propriedade intelectual é inibir o uso, a produção, a reprodução e a venda de produtos similares àqueles produzidos pelo(a) autor(a). No caso da produção de material didático por servidor(a) do IF Baiano no seu horário de trabalho, o crédito da criação e da produção do que foi feito é do(a) autor(a). Contudo, o direito de uso e de divulgação desse produto pertencerá ao Instituto.

Sendo assim, dentro do nosso contexto de produção intelectual (elaboração de material didático), trataremos, a seguir, sobre direitos autorais e sobre alguns tópicos pertinentes ao tema.

6.1 DIREITOS AUTORAIS: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, com o aumento exponencial do acesso à internet e a outras tecnologias digitais, tem-se, por consequência e na mesma proporção, o crescimento significativo de plágios e, como corolário, o desrespeito aos direitos autorais. Dessa forma, é muito importante que você, como professor(a)-autor(a), conheça alguns aspectos relevantes desse tema para que, durante a construção do seu material didático, evite descumprir regras de direito, bem como possa exigir que tais direitos lhe sejam garantidos. Neste tópico, é sobre esse assunto que iremos dialogar.

Os direitos autorais são uma série de normas previstas na Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, cujo objetivo é assegurar a circulação e a veiculação das produções culturais por diversos meios de divulgação: livros, jornais, filmes, vídeos etc., garantindo a autoria das obras aos(às) seus(suas) criadores(as). Dessa forma, ao elaborar um material didático, o(a) professor(a)-autor(a) precisa ter alguns cuidados em relação aos direitos autorais. Ao acrescentar imagens, trechos de textos e/ou de músicas, por exemplo, é importante que o(a) autor(a) da referida obra seja citado(a) de acordo com as instruções da ABNT. As citações diretas e indiretas são exemplos mais comuns de como devemos indicar as fontes, evitando, assim, a acusação de plágio, que será tratada no final deste capítulo.

6.1.1 Direito autoral: o que ele salvaguarda/protege?

Para entender melhor o assunto, precisamos conhecer um pouco do nosso regramento jurídico. Os direitos autorais são um tema tão relevante para a sociedade que a nossa Constituição Federal de 1988 garante esse direito aos(às) autores(as), ao asseverar que a eles(as) pertence o direito exclusivo de utilização, de publicação ou de reprodução de suas obras, transmissível aos(às) herdeiros(as) pelo tempo que a lei fixar, conforme o

art. 5º, inciso XXVII, da CRFB (BRASIL, 1988). Regulamentando o referido artigo constitucional, a Lei Nº 9.610/1998 foi editada e nela encontramos as regras sobre os direitos autorais.

Em seu art. 7º, por exemplo, a Lei de Direitos Autorais (LDA) estabelece que "são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte" (BRASIL, 1998, p. 4).

Na medida em que você, para enriquecer seu material, acrescente à sua produção algum trecho de texto, imagens, charges, fotos, músicas ou artigos de outros(as) autores(as), garanta que essas obras utilizadas são de domínio público ou verifique se são protegidas intelectualmente. Caso sejam protegidas, será preciso solicitar autorização, em alguns casos, pagando por isso, inclusive (ZANETTI, Alexsandra, 2015).

A Lei de Direitos Autorais possui uma lista bem extensa com tipos de obras intelectuais, mas, para a produção de seu Caderno de Estudos, é importante que você saiba que essa norma protege os textos de obras literárias, artísticas e científicas, as fotografias, as ilustrações e as composições musicais, por exemplo.

6.1.2 Definição de autor(a)

Conforme indicam os arts. 11 a 17 da LDA, "autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica" (BRASIL, 1998, p. 4), se estendendo esse conceito às pessoas jurídicas.

Não podemos esquecer, ainda, das figuras dos(as) coautores(as) que, ao serem indicados(as) em uma obra, também possuem direitos de autoria. Aqueles(as) que auxiliam o(a) autor(a) na produção da obra, coordenando a edição, revisando-a e/ou atualizando-a, porém, não podem ser considerados(as) coautores(as) e, portanto, não terão direitos sobre a obra, conforme a Lei Nº 9.610/1998.

Sendo assim, cabe ao(à) autor(a) reivindicar direitos de produção sobre a obra, que podem ser divididos em direitos morais e direitos patrimoniais. A seguir, falaremos um pouco sobre esses dois institutos importantes para a compreensão dos direitos autorais.

6.1.3 Direitos morais e direitos patrimoniais

Quando nos referimos aos direitos morais de um(a) autor(a), convém ressaltar que falamos da sua natureza pessoal de criação, na qual estão inseridas a concepção e a integridade da sua obra. Dessa forma, no processo de elaboração do seu Caderno de Estudos, é necessário que, ao utilizar obras de outros(as) autores(as), você tenha o cuidado de não inserir ou alterar trechos que suscitem dúvidas em relação à honra ou à imagem do(a) autor(a).

O que pode ser utilizado sem ferir direito de autor(a)?

Pela natureza da sua profissão, o(a) professor(a) é autor(a) e também convive diariamente com produções de outros(as) autores(as), verdadeiras fontes de pesquisa e de estudo. Por isso, é crucial que você conheça o regramento jurídico para proteger seu trabalho e o de outros(as) colegas.

Para facilitar suas consulta e pesquisa a este documento, elencamos abaixo algumas informações no formato de tópicos sobre o que pode ser utilizado na produção do seu Caderno de Estudos sem transgredir o direito de autor(a). Fique atento(a) quando você for utilizar as seguintes fontes:

I - fragmentos de textos: quando for utilizá-los, faça por meio de **citação**. Ela é permitida por lei, sendo necessário informar a obra da qual foi retirada, caso contrário, será considerada plágio. Não constitui ofensa aos direitos autorais, conforme art. 46, III, da Lei Nº 9.610/1998:

> a citação de livros, de jornais, de revistas ou de qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra. (BRASIL, 1998, p. 6).

II - imagens retiradas da internet: quando for utilizá-las, **não esqueça de referenciá-las** no seu material. Mesmo fazendo referência à fonte, é importante investigar se a imagem tem uso permitido ou não, pois existem imagens que não têm direitos de reprodução;

III - fotografias: se você não é o(a) autor(a) da foto, é importante verificar se a imagem está em domínio público ou se é protegida, sendo necessária **autorização para reprodução**. Caso você seja autor(a) da fotografia, referencie sua foto quando for utilizá-la na produção do seu material. Mas atente-se a alguns detalhes: a foto tem a imagem de outras pessoas? Caso tenha, peça autorização a elas para uso de imagem;

IV - áudios e vídeos: mesmo que esteja disponibilizado na plataforma *YouTube*, por exemplo, não se pode supor que um conteúdo seja de domínio público. Logo, dependerá de autorização prévia a sua utilização, conforme art. 29 da LDA.

> Portanto, primeiramente, faz-se necessário verificar se a obra está sob domínio público ou se houve a disponibilização dos Direitos Autorais (patrimoniais). Caso não tenha havido esclarecimento, nesse sentido, faz-se necessário solicitar autorização para o autor da obra intelectual, uma vez que cada uso da obra constitui-se um tipo de exploração econômica da obra, razão pela qual é imprescindível que seja conferida uma autorização específica, para referido uso. (PANZOLINI, 2017, p. 90).

V - obras publicadas nas esferas administrativas: embora passem a sensação de serem automaticamente irrestritas, é muito importante que

Para saber mais

Para saber mais sobre direitos autorais, recomendamos a consulta a este material: https://portal.tcu.gov.br/data/files/8F/F0/B4/3A/AE91F6107AD96FE6F18818A8/Manual_direitos_autorais.pdf

você verifique se é permitida a utilização dessas obras. Não é porque elas estão facilmente disponíveis em *sites* públicos que não são protegidas pelos direitos autorais.

Neste momento, após termos nos aprofundado sobre algumas regras e proibições sobre o tema dos direitos autorais, é natural que você esteja se questionando sobre a complexidade e, talvez, sobre a burocracia que envolve a correta aplicação dos direitos autorais. Por causa disso, a seguir, iremos dialogar um pouco sobre o domínio público e sobre a plataforma *Creative Commons*, instrumentos que podem ser úteis e muito mais acessíveis na produção do seu Caderno de Estudos.

Obras de domínio público

Conforme a Lei Nº 9.610/1998, os direitos patrimoniais do(a) autor(a) perduram por setenta anos, contados de 1° de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento ou, caso ele(a) não tenha herdeiro(a), da data do óbito. Após esse prazo, a obra passa a ser disponibilizada para a sociedade por meio do instituto jurídico do Domínio Público. Existe ainda a possibilidade de o(a) próprio(a) autor(a) autorizar o uso da sua obra sem restrições, utilizando, inclusive, licenças no formato *Creative Commons*, assunto interessante de que trataremos em breve.

Domínio público é uma condição jurídica na qual o(a) autor(a) deixa de ter, sobre a obra, o direito de propriedade, inexistindo assim restrição de uso ou de reprodução por quem queira usá-la. Portanto, do ponto de vista econômico, a obra é livre e gratuita e, assim, torna-se uma excelente fonte para a produção do Caderno de Estudos.

Coloquialmente, ouvimos muito a expressão “cair em domínio público” referindo-se a obras que já podem ser utilizadas sem preocupação com a autorização do(a) autor(a) ou de seus(suas) herdeiros(as). Mas muita

atenção, pois, ainda que permitida a ampla utilização, é imprescindível que se indique a autoria e que não se realizem alterações na obra original, pois o direito moral do(a) autor(a) sobre sua obra permanece.

Durante o processo de construção do Caderno de Estudos, caso tenha interesse, você pode fazer pesquisas de material e de obras no Portal Domínio Público, maior biblioteca virtual do Brasil, com um acervo de mais de 123.000 (cento e vinte e três mil) obras e um registro de 18.400.000 (dezoito milhões e quatrocentas mil) visitas, conforme dados retirados do *site* do Ministério da Educação. Lançado em 2004, o portal oferece acesso gratuito a obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos) já em domínio público, ou que tenham a sua divulgação autorizada.

Para saber mais

Acesse o Portal Domínio Público no seguinte endereço:
www.dominiopublico.gov.br

Creative Commons

Criada em 2001, como uma organização sem fins lucrativos, a *Creative Commons* (*CC*) disponibiliza licenças de direitos autorais gratuitos aos(às) autores(as) de obras, ao mesmo tempo em que autoriza outras pessoas a utilizarem essas obras de forma acessível e totalmente legal (CREATIVE COMMONS, 2020). Então, se você está procurando conteúdo sem precisar se afligir com violação de direitos autorais, você pode utilizar também essa importante ferramenta.

Para saber mais

Acesse o site *da Creative Commons no seguinte endereço:*
br.creativecommons.org

Buscando facilitar a identificação dos tipos de licença, a *Creative Commons* criou ícones gráficos, conforme a Figura 2, que representam a variedade da licença que foi atribuída pelo(a) autor(a) da obra. Assim, a comunidade que faz uso desse recurso consegue identificá-la com facilidade.

Figura 2 - Ícones gráficos e atribuições das licenças *Creative Commons*

Fonte: *site* oficial da *Creative Commons Brasil*.

Desse modo, caso você tenha se interessado pelas licenças *CC*, poderá acessar o *site* da organização para obter outras informações e, claro, ter acesso ao vasto repositório. O Setor de Artes Gráficas da DEaD do IF Baiano disponibilizará uma lista com *links* de *sites* de uso livre de imagens. Contudo, caso você, professor(a)-autor(a), opte por usar imagens de outras fontes, será necessário fazer a devida referência e verificar o direito de uso, tornando-se responsável por suas escolhas.

Como vimos, todos esses cuidados devem ser seguidos, ao elaborar o material didático, para que não sejamos acusados(as) de plágio. A seguir, uma breve explicação sobre esse tema.

6.1.4 Plágio

Um outro aspecto que devemos levar em consideração ao escrever um material didático é o que concerne às citações e às referências de textos que serviram como base para a sua elaboração. Para tanto, faz-se necessário tratarmos da noção de **plágio**.

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), plágio é quando alguém apresenta algo elaborado por outra pessoa como sendo de autoria própria. Diniz e Terra (2014, p. 24) corroboram a definição do termo no dicionário quando estabelecem que plágio é como "uma apropriação indevida e não autorizada na criação literária". Na área acadêmica, alguns(mas) autores(as) classificam vários tipos de plágio. Citaremos três exemplos de plágios mais comuns, de acordo com Krokoscz (2014, p. 41):

I - plágio direto: reprodução literal de um texto original, sem identificação da fonte;

II - plágio indireto: reprodução das ideias de uma fonte original, mas com palavras diferentes e sem identificá-la;

III - plágio mosaico: reprodução de fragmentos de fontes diferentes, que são misturados com palavras, conjunções e preposições, para que o texto tenha sentido.

Para Krokoscz,

> plágio é entendido como uma modalidade de fraude, caracterizado pela apropriação de obra alheia, na qual estão envolvidos basicamente dois sujeitos: o autor original e o plagiário reprodutor. (KROKOSCZ, 2014, p. 24).

No Brasil, plágio é considerado crime e está previsto na LDA Nº 9.610/1998. Sendo assim, é importante que, ao produzir todo texto de material didático, o(a) professor(a)-autor(a) tenha os cuidados necessários para realizar as citações e inserir os créditos aos(às) autores(as) originais que serviram de referência para sua produção textual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pronto! Chegamos ao final de nossas diretrizes e estamos animados(as) por você ter permanecido até aqui conosco. Queremos propor agora uma breve revisão do que vimos na trajetória de leitura deste documento e, a partir disso, fazer uma pequena reflexão conclusiva. Vamos lá?

É certo, como ficou claro ao longo do texto, que a EaD tem avançado a passos largos e, com isso, surge uma enorme necessidade de nos adequarmos às exigências advindas desse avanço e da transformação tecnológica pela qual o mundo pós-moderno passa. A EaD tem, maravilhosamente, nos provado que a sala de aula física não é o único espaço possível para o ensino e aprendizagem; tem nos revelado também que já caiu por terra a antiga ideia de que o(a) professor(a) e o livro impresso são as únicas fontes de informação. A Educação a Distância nos proporciona a autoaprendizagem, incentivando-nos a buscar, com autonomia, disciplina e organização, o conhecimento por vias não presenciais, não tradicionais.

Além do capítulo de apresentação, as seis outras partes que compõem estas diretrizes objetivaram, no todo, lhe ajudar a refletir mais detidamente sobre a importância do material didático da EaD e sobre o quanto ele é relevante, do ponto de vista teórico-metodológico, para subsidiar os estudos do(a) estudante-leitor(a) da EaD. Além disso, esta publicação objetivou também lhe apresentar algumas diretrizes necessárias para a boa elaboração de materiais didáticos, tornando-se uma âncora técnica para as produções acadêmicas de sua autoria.

No capítulo 1, discorremos sobre a história e sobre a evolução das três gerações da EaD, ademais, da legislação que a ampara. Foi também nesse mesmo capítulo que você conheceu as principais características dessa modalidade e suas demandas, no que concerne aos materiais didáticos. Em seguida, no capítulo 2, ficaram explicitadas as movimentações do trâmite

pelo qual passa a produção de materiais didáticos escritos para a EaD do IF Baiano, ou seja, a cadeia dessa produção.

Adiante, no capítulo 3, você conheceu os principais aspectos linguísticos e didático-pedagógicos que caracterizam o texto do material didático. Nesse capítulo, o documento apresentou a você as especificações estruturais básicas da produção textual. Logo depois, no capítulo 4, foram explicitadas as regras mais elementares exigidas para a formatação do texto do material didático, incluindo as normas da ABNT.

Feito isso, você teve contato com o capítulo 5, por meio do qual aprendeu especialmente sobre a acessibilidade, isto é, as especificidades a que temos que estar atentos(as) ao produzirmos materiais didáticos para a maior diversidade de público possível da EaD. Na continuação, o capítulo 6 lhe familiarizou com os aspectos legais sobre autoria, que têm a ver com a postura ética do(a) professor(a)-autor(a), um(a) dos(as) tantos(as) educadores(as) da modalidade a distância.

Relembramos, portanto, nosso percurso de leitura deste texto. Buscamos, diligentemente, com essa disposição de capítulos e com essa seleção de assuntos, lhe respaldar com algumas orientações pertinentes, pensando no sucesso da produção dos materiais didáticos confeccionados especialmente para os componentes curriculares de sua autoria, em benefício da autoaprendizagem de muitas pessoas, com perfis diversos, como é o nosso público da EaD no IF Baiano.

Conforme dissemos lá no início do documento, a elaboração de um material didático, por não ser tarefa fácil, requer de você, professor(a)-autor(a), grandes doses de leituras, de pesquisas, de escritas, de reflexões, de inquietações, de diálogos com pares, de reescritas, de provocações, de novas reflexões, de novas propostas de ação, enfim...

Frente a isso, nosso propósito de lançar este material foi alimentado pela certeza que temos da responsabilidade social da EaD da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dos bons impactos que a EaD causa como impulsionadora da transformação de vida e da melhoria da

qualidade de vida, alcançando – ao mesmo tempo – tantos(as) milhares de trabalhadores(as) de nosso país.

Saiba que você não está sozinho(a) nessa caminhada. Conte conosco!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Marinho de. **O texto didático escrito para educação a distância**: um estudo acerca dos fundamentos e estratégias de elaboração. 2009. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3914/1/arquivo3407_1.pdf. Acesso em 26 jul. 2020.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. v. 10, 2011. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em: abr. 2020.

AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5892**: Norma para datar. Rio de Janeiro: 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: Informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: Informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro: 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

BOGADO, Maria. Rua. *In*: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRAGA, Rubem. Fim da aventura em Casablanca. *In*: **200 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 232, p. 5-10, 3 dez. 2004. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=03/12/2004. Acesso em 27 jul. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 239, p. 4-5, 13 dez. 2007. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=13/12/2007. Acesso em 27 jul. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 207, p. 3, 27 out. 2011. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=27/10/2011. Acesso em 26 jul. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 100, p. 3-4, 26 maio 2017. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/05/2017&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=240. Acesso em 26 jul. 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 133, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=289. Acesso em 26 jul. 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 36, p. 3-9, 20 fev. 1998. Disponível em:

http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/02/1998&jornal=1&pagina=11&totalArquivos=80. Acesso em 26 jul. 2020.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/07/2015. Acesso em 27 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 249, p. 23-31, 29 dez. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192. Acesso em 27 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 239, p. 131, 11 dez. 2019. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/12/2019&jornal=515&pagina=131&totalArquivos=217. Acesso em 26 jul. 2020.

BRASIL. **Portal Domínio Público**. Biblioteca Digital Desenvolvida em Software Livre. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp. Acesso em 26 jul. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul.-dez. 2011. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, abr. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jul. 2020.

CATAPAN, Araci Hack; NUNES, Rosemeri Coelho; FERNANDES, Andrino (Org.). **Material didático**: construindo referências na Rede e-Tec Brasil. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015.

CREATIVE COMMONS BRASIL. Organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças jurídicas gratuitas. Disponível em: https://br.creativecommons.org/. Acesso em: 26 jul. 2020.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DINIZ, Débora; TERRA, Ana. **Plágio**: palavras escondidas. Brasília: Letras Livres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FEDERICI, Silvia. Salários contra o trabalho doméstico. *In*: **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FREEPIK. Recursos gráficos para todos. Disponível em: https://br.freepik.com/. Acesso em 7 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Debates, 1969.

KROKOSCZ, Marcelo. **Outras palavras**: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno. 2014. 161 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03102016-103125/publico/MARCELO_KROKOSCZ.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

LIMA, Artemilson; SANTOS, Simone. **O material didático na EaD**: princípios e processos. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2017.

LISPECTOR, Clarice. Obsessão. *In*: **A bela e a fera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LITTO, Frederic Michael; MATTAR, João (Org.). **Educação aberta on-line**: pesquisar, remixar e compartilhar. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

NOVELLO, Tanise Paula; LAURINO, Débora Pereira. Educação a distância: seus cenários e autores. **Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação**, n. 58/4, p. 1-15, 15 abr. 2012. Disponível em: https://rieoei.org/historico/deloslectores/4832Novello.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

PANZOLINI, Carolina; DEMARTINI, Silvana. **Manual de direitos autorais**. Brasília: TCU / Secretaria-Geral de Administração, 2017. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/8F/F0/B4/3A/AE91F6107AD96FE6F18818A8/Manual_direitos_autorais.pdf. Acesso em 29 jul. 2020.

PEREIRA, Rúbia Carla; PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela; FREITAS, Rony Cláudio de Oliveira. A transposição didática na perspectiva do saber e da formação do professor de matemática. **Revista Educação, Matemática e Pesquisa**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-60, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/33639. Acesso em: 26 jul. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRETI, Oreste. Material didático impresso na EaD: experiências e lições apre(e)ndidas. *In*: III ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES UAB - I ENCONTRO NACIONAL DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2009, Brasília. Disponível em: https://setec.ufmt.br/uploads/files/pcientifica/material_didatico_impresso_ead.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

RESQUE, Sônia Nazaré Fernandes; ELIASQUEVICI, Marianne Kogut. **Curso Elaboração de material didático impresso para EaD**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

SANTIAGO, Silviano. A crítica literária no jornal. *In*: **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOMAURO, Beatriz. Práticas de linguagem: a alfabetização do nosso tempo. **Nova Escola**, São Paulo, n. 264, p. 47-51, ago. 2013.

SILVA, Antônio Carlos da. **A importância da construção de sentidos na formação do professor-leitor**. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/bitstream/123456789/2359/1/Antonio%20Carlos%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

SONZA, Andréa Poletto *et al*. (Org.). **Acessibilidade e tecnologia assistiva**: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais. Bento Gonçalves: SETEC/IFRS, 2013.

SOUZA, Alba Regina Battisti de; SARTORI, Ademilde Silveira; ROESLER, Jucimara. Mediação pedagógica na educação a distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 8, n. 24, p. 327-339, maio-agosto 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116834002. Acesso em: 26 jul. 2020.

SOUZA, Eneida Maria de. O espaço nômade do saber. *In*: **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. **Manual para produção de material didático**. Concórdia: Núcleo de Educação a Distância, 2017.

VERUNSCHK, Micheliny. **Nossa Teresa**: vida e morte de uma santa suicida. São Paulo: Patuá, 2014.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORLD INTELECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **What is intelectual property?**. Genebra, n. 450 (E), [s.d.]. Disponível em https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/intproperty/450/wipo_pub_450.pdf. Acesso em 29 jul. 2020.

ZANETTI, Alexsandra. **Elaboração de materiais didáticos para educação a distância**. Juiz de Fora: Biblioteca Virtual do NEAD/UFJF, 2015. Disponível em: http://www.cead.ufjf.br/wp-content/uploads/2015/05/media_biblioteca_elaboracao_materiais.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMATO DO CADERNO DE ESTUDOS

O Caderno de Estudos deverá ser dividido da forma apresentada abaixo:

I - **apresentação do Caderno de Estudos**: orientamos que esse tópico tenha entre uma e duas páginas. Deverá contemplar os seguintes itens:

a) epígrafe;
b) mensagem de boas-vindas;
c) autoapresentação do(a) autor(a);
d) objetivo do Caderno de Estudos;
e) contextualização dos conteúdos do Caderno de Estudos;
f) apresentação global dos conteúdos;
g) convite à aprendizagem.

II - capítulos de conteúdo: orientamos que o Caderno de Estudos contenha quatro capítulos de conteúdo. A quantidade de páginas variará de acordo com a carga horária do componente curricular. O parâmetro para definir o número de páginas do Caderno considera duas páginas de estudo por hora. Veja:

a) disciplina com 20 (vinte) horas – 10 (dez) páginas por capítulo. Total de 40 (quarenta) páginas de conteúdo;

b) disciplina com 40 (quarenta) horas - 20 (vinte) páginas por capítulo. Total de 80 (oitenta) páginas de conteúdo;

c) disciplina com 60 (sessenta) horas - 30 (trinta) páginas por capítulo. Total de 120 (cento e vinte) páginas de conteúdo;

d) disciplina de 80 (oitenta) horas – 40 (quarenta) páginas por capítulo. Total de 160 (cento e sessenta) páginas de conteúdo.

O texto deverá contemplar os seguintes itens:

Quadro 4 – Itens a serem contemplados nos Cadernos de Estudos

Apresentação ou conversa inicial	Contextualização dos conteúdos.
	Objetivos da aprendizagem.
	Apresentação dos conteúdos.
	Convite para reflexão sobre o conteúdo baseando-se no senso comum, nas experiências de vida e nos conhecimentos prévios.
Desenvolvimento dos conteúdos	Dialogicidade e cientificidade.
	Contextualizações.
	Situações problematizadoras.
	Hipertextualidade.
	Figuras e outros elementos visuais (ver lista de ícones).
	Orientações para leituras de aprofundamento.
	Questões de autoavaliação.
	Glossário.
Considerações finais	Recuperação dos objetivos apresentados e indicação do que se espera que o(a) estudante-leitor(a) tenha aprendido e de quais competências e habilidades o material mobilizou.
	Questões de autoavaliação.
	Questões de sistematização.
	Desafio de extrapolamento do conteúdo para a vida cotidiana: reflexão.
	Prática.

	Mensagem motivacional final: convite para o próximo capítulo.
Referências	Orientações para leituras de aprofundamento de bibliografia básica (livros e documentos eletrônicos).
	Indicações para leituras de bibliografia complementar (livros e documentos eletrônicos) – opcional.
Dicas complementares	Indicações de filmes, de vídeos, de artigos de revistas, de jogos, entre outros materiais – opcional.

Fonte: autoria própria.

III - considerações finais: orientamos que esse tópico tenha entre uma e duas páginas. Deverá contemplar os seguintes itens:

a) retomada dos objetivos do Caderno de Estudos;

b) síntese sobre os principais conteúdos estudados;

c) mensagem motivacional para o prosseguimento dos estudos dos próximos componentes curriculares e para a atuação profissional.

APÊNDICE B – ESTRUTURA DO CADERNO DE ESTUDOS

ANEXO

ANEXO A – MÉTRICA PARA SELEÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAL E DE AVALIAÇÕES DOS CURSOS EAD

MÉTRICA PARA SELEÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAL E DE AVALIAÇÕES DOS CURSOS EAD

SELEÇÃO DE CONTEÚDO TEXTUAL POR HORA DA DISCIPLINA

02 páginas de conteúdo para cada hora da disciplina

CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA	NÚMERO MÍNIMO DE PÁGINAS/CONTEÚDO
20h	40
40h	80
60h	120
80h	160

* Orientação para conteúdos mínimos obrigatórios nos AVAs (Fonte: MEC/Unifacs)

EQUIVALÊNCIA ENTRE TEXTOS E OUTRAS MÍDIAS

Mínimo de 50% do conteúdo da disciplina apresentado em texto (livros, artigos, apostilas, matérias) e até 50% do conteúdo diversificado, organizado em outras mídias.

Cada página equivale a 5 minutos de leitura, ou:

MATERIAL DE REFERÊNCIA	TEMPO PARA BASE DE CÁLCULO
Vídeo	Minuto exibido = minuto assistido
Exercício de Fixação	Até 5 minutos por questão
Fórum	Até 20 minutos
Charges ou Tirinhas	Até 05 minutos

* Não considerar atividades avaliativas

** Sempre simular o tempo que o docente levaria e calcular o dobro para o estudante.

CÁLCULO DOS ENCONTROS PRESENCIAIS

MATERIAL DE REFERÊNCIA	TEMPO PARA BASE DE CÁLCULO
Página	Até 5 min por página
Vídeo	Minuto exibido = minuto assistido
Exercício de Fixação	Até 5 min por questão
Slides	Até 03 minutos de exibição
Charges ou Tirinhas	Até 05 minutos
Dinâmicas e Outras Atividades em Grupo	Calculado pelo docente

* Sempre evitar estratégias comumente utilizadas no AVA, bem como vídeos e leituras longas.

** Sempre se basear na expectativa da interação e dos pontos críticos do conteúdo.

SELEÇÃO DE ATIVIDADES AVALIATIVAS

MATERIAL DE REFERÊNCIA	TEMPO PARA BASE DE CÁLCULO
Questionário	Média de 10 questões, variando de acordo com a complexidade (média de 30 minutos de duração). Para as questões abertas, sinalizar o mínimo de linhas.
Fórum	Estimular o mínimo de 02 participações, sendo 01 envolvendo a interação com os comentários dos colegas/mediador.
Glossário	Até 02 horas, envolvendo a pesquisa e a realização do registro.
Análise Críticas e Produções Textuais/Áudios/Vídeos/Mapas (e afins)	Até 02 horas
Atividades de Campo, Projetos, Relatórios, Portfólio (e afins)	Até 04 horas
Visita Estágio	De 02 a 06 turnos

* Considerar a participação de cada estudante
** Sempre simular o tempo que o docente levaria e calcular o dobro para o estudante.
***Sempre referenciar o material que será utilizado no enunciado da atividade, indicando qual texto, capítulo, vídeo etc.

EAD
INSTITUTO FEDERAL
Baiano

INSTITUTO FEDERAL
Baiano